

6. Planejamento municipal

O município possui capacidade de planejamento, espelhada na quantidade de planos existentes, alguns transformados em leis municipais. Além de uma lei municipal que definiu o perímetro urbano, vários outros Planos são instrumentos importantes para o planejamento do território e da ação do poder público local. Em 2018 o Executivo Municipal contou com apoio do Instituto Jatobás para a elaboração do Planejamento das Ações de Governo 2017/20.

Os Planos Municipais em vigor são: de Saneamento (lei municipal nº 1.119/2011), elaborado quando da renovação do contrato de fornecimento de serviços de água e esgoto com a SABESP, o Plano Diretor de Desenvolvimento Rural Sustentável (2010-2013), elaborado pela CATI, a lei do perímetro urbano (lei municipal nº 1.220/2015), que estabelece limites para a ocupação urbana na sede do município, o Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PMGRS, elaborado em 2014 em atendimento à Lei Federal nº 12.305/2010, o Plano Diretor de Turismo, elaborado em 2017 com o apoio do Instituto Jatobás e o Plano Especializado de Saneamento Básico, que trata da drenagem urbana, elaborado em 2017 com o apoio da Secretaria de Estado de Saneamento e Recursos Hídricos de São Paulo.

Leis municipais de ordenamento territorial

As formas de ocupação e uso dos espaços rural e urbano são reguladas pelo Poder Público municipal mediante uso de diversos instrumentos de gestão pública, tais como a própria Lei do Plano Diretor e suas complementações. Além disso, planos setoriais como de Habitação de Interesse Social, de Saneamento e de Mobilidade Urbana também são indispensáveis ao controle do uso e da ocupação do espaço territorial do município.

Em Pardinho, no entanto, poucas foram as leis estabelecidas pelo Município neste sentido até o momento. A elaboração do Plano Diretor e sua legislação complementar que trata do parcelamento e zoneamento do uso e ocupação do solo, e um código de obras, poderão estabelecer regras claras e específicas para o município, que se reporta à legislação federal e estadual atualmente.







A leitura técnica mostra que a existência de normas atualizadas, como as zonas de uso e ocupação do solo, de regras claras para parcelamento do solo urbano e áreas delimitadas pelo Plano Diretor para usos especiais ou aplicação de instrumentos urbanísticos de indução e

controle do desenvolvimento, são necessárias para promover alterações positivas no processo de ocupação do solo com segurança jurídica, uma vez que suas diretrizes podem ter repercussão positiva sobre a forma de expansão da cidade.






Mapa 14 - Uso e ocupação do solo urbano



Convenções cartográficas

-  Via pavimentada
-  Via não pavimentada
-  Curva mestra
-  Curva intermediária
-  Curso d'água
-  Perímetro Urbano (Lei 1220/2015 - Pref. de Pardinho)

Equipamento urbano

-  Cultura, Esporte e Lazer
-  Educação
-  Infraestrutura
-  Institucional
-  Saúde

Fonte: IBGE, DNIT, Open Street Map, Google, Pref. de Pardinho



1:10.000
 0 125 250 500 m
 Sistema de Coordenadas: SIRGAS 2000 UTM Zone 22S
 Projeção: Transverse Mercator
 Datum: SIRGAS 2000

Prefeitura Municipal de Pardinho
 Plano Diretor

MAPA URBANO

INTERAÇÃO URBANA agosto/2019

O conjunto de obras e intervenções físicas realizadas pela Prefeitura que estão em andamento revela a grande quantidade de atividades sob responsabilidade dos Departamentos de Engenharia e de Convênios, como a execução de cobertura da quadra no Jardim Maristela, a continuidade do Parque linear, a ampliação da Garagem municipal e do Samu, a adaptação do edifício para sediar o Conselho Tutelar, pavimentação de duas novas ruas, reforma de calçadas, sinalização turística, reforma do telhado do centro cultural Max Feffer e da escola Ernestina, além de reforma da rede elétrica do hospital, são indicativos de questões ainda não resolvidas e que demandam a elaboração de projetos específicos de intervenção e recursos públicos orçamentários para sua execução.

Diante do atual quadro econômico-financeiro do setor público, pode-se observar em Pardinho a limitação de investimentos públicos com recursos próprios significativos e de longo prazo no ordenamento dos principais eixos estruturantes da cidade, ou seja, da acessibilidade intraurbana que ligue as duas partes cortadas pelo rio Pardo, o preenchimento de vazios do espaço urbano com empreendimentos de parcelamento do solo de áreas privadas, que se choca com a permanência ainda de alguns vazios urbanos nos interstícios da malha ocupada.

Outro aspecto importante a considerar no Plano Diretor é complexidade da gestão do território municipal de Pardinho em decorrência de que 70% da sua área está enquadrada em Área de Preservação Ambiental e das várias aglomerações humanas existentes distantes da sede, dispostas ao longo da Rodovia Castelo Branco, cuja malha viária ainda não é pavimentada e necessita de expansão dos serviços públicos (especialmente equipamentos de educação e saúde), além de uma melhor interação entre a sede e a zona rural. Some-se a isso, a possibilidade de ter uma área rural inundada por um lago que servirá à SABESP, cujo entorno terá grande potencial uso turístico e econômico, o que poderá gerar novas pressões para uso do solo urbano em regiões que hoje são rurais. Várias destas questões, decorrentes também dos Planos existentes, serão tratadas mais detalhadamente ao longo deste Relatório.



Figura 2 – Área urbana.



Figura 3 – Área urbana.



Figura 4 – Zona rural



Figura 5 – Zona rural

Mapa 15 - Uso e ocupação do solo rural

Cultura, Esporte, Lazer e Turismo

Nas atividades de lazer ou de encontro, destacam-se o entorno do Centro de Cultura “Max Feffer”, sede do Instituto Jatobás e o conjunto de bares e restaurantes localizados na região central, especialmente junto à praça da Matriz. Vê-se que em Pardinho as atividades de lazer expressam, em sua maioria, uma relação forte da população local com o meio ambiente rural. Na área urbana, mais especificamente na sede do município, os equipamentos destinados ao lazer da população local foram estruturados nalguns equipamentos públicos, destacando-se o complexo esportivo (Centro Esportivo Municipal “Paulo Geraldo de Oliveira”) dotado de inúmeros equipamentos de excelente qualidade para a prática de natação, basquete, futebol de salão, vôlei e outras modalidades esportivas e o estádio municipal de futebol, localizados em região central e acessíveis à comunidade local.

Em relação ao patrimônio cultural, ainda não foi estruturada uma política local de preservação patrimonial, ainda não há nenhum bem tombado pelo poder público e, embora criado por lei, não foi implantado o Sistema Municipal de Cultura. Dentre os equipamentos culturais no município, destaca-se o Centro Cultural “Max Feffer” por sua arquitetura diferenciada e alta qualidade de inserção urbana, além da variada e extensor cardápio de atividades ali desenvolvidas com participação social.



Figura 6 – Equipamentos esportivos.



Figura 7 – Praça.



Figura 8 – Centro de Cultura Max Feffer



Figura 9 – Praça central.

Mapa 16 - Equipamentos de cultura, esporte e Lazer



Convenções cartográficas

- Via pavimentada
- Via não pavimentada
- Curso d'água
- Perímetro Urbano (Lei 1220/2015 - Pref. de Pardinho)
- Praças e Áreas de lazer

- 1 - Academia ao Ar Livre
- 2 - Área de lazer
- 3 - Área de lazer
- 4 - Centro de Cultura Max Feffer
- 5 - Clube municipal
- 6 - Estádio municipal
- 7 - Ginásio de esportes
- 8 - Praça Ademir Rocha
- 9 - Praça da Matriz
- 10 - Praça Gabriel Melhado de Campos
- 11 - Praça Therezinha da Rocha Camargo

Fonte: IBGE, DNIT, Open Street Map, Google, Pref. de Pardinho



1:10.000
 0 125 250 500 m
 Sistema de Coordenadas: SIRGAS 2000 UTM Zone 22S
 Projeção: Transverse Mercator
 Datum: SIRGAS 2000

Prefeitura Municipal de Pardinho
 Plano Diretor

PRAÇAS E ÁREAS DE LAZER

INTERAÇÃO URBANA agosto/2019

Organização social

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 vive-se no Brasil um novo contexto político e institucional, especialmente no que se refere à participação da sociedade na gestão de políticas públicas. O Estado brasileiro institucionalizou a participação social ao criar os conselhos de políticas públicas no âmbito das esferas federal, estadual e municipal, a exemplo dos conselhos municipais e estaduais de saúde, educação, assistência social, meio ambiente e de desenvolvimento rural sustentável.

Tal qual se observa na grande maioria dos municípios brasileiros, em Pardinho vê-se um processo de construção desses espaços, o que pode ser um indicador do nível de organização e de participação da sociedade civil nos processos consultivos e deliberativos das políticas públicas, no âmbito local. Esses conselhos são canais de participação democrática da sociedade na formulação e implementação de políticas públicas no âmbito desses municípios.

Quadro 1 - Conselhos Municipais legalmente constituídos em Pardinho, 2019.

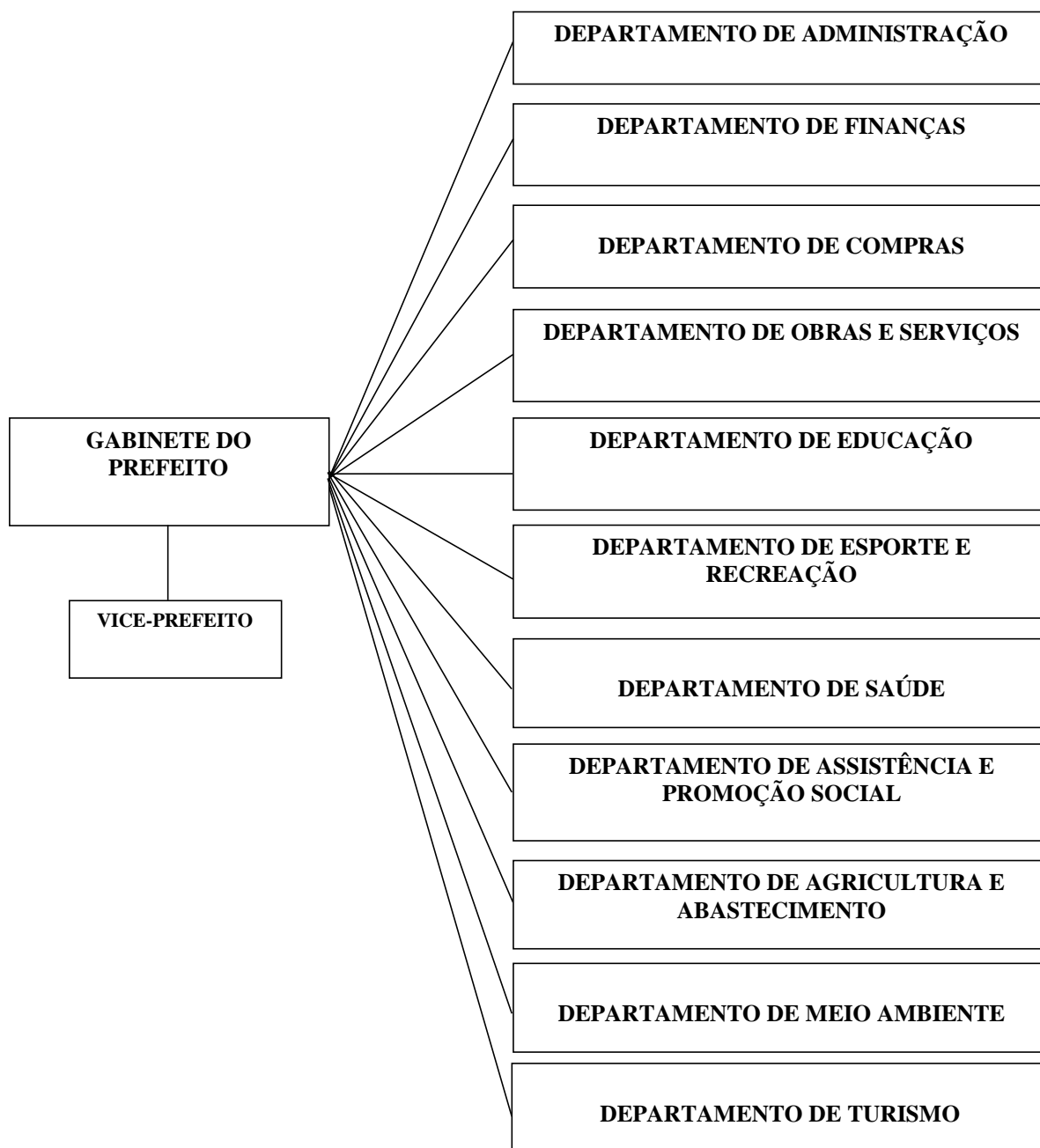
Áreas	Nº/Ano da Lei de Criação		Nível de Envolvimento na Formulação de Políticas Públicas			Nº de Conselheiros	Frequência de Reuniões
	Conselho	Fundo	Baixo	Médio	Alto		
Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS	Lei nº 702/95 de 27/12/1995	Sim	Baixo			8	Bimestral
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente- CMDCA	Lei nº 855/2001 de 04/12/2001	Sim	Baixo			6	Bimestral
Conselho Municipal dos Direitos do Idoso - CMDI	Lei nº 1235/2015 de 21/09/2015	Sim	Baixo			8	Bimestral
Cultura	1.349/2018	1.348/2018	Médio			12	Bimestral
Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb - CACS-FUNDEB	Lei nº 995/2007, alterada pela Lei 1.083/2010	Não	Alto			22	Trimestral
Conselho de Alimentação Escolar - CAE	Lei nº 716/1997, alterada pelas leis 818/2000 e 1239/2013	Não	Alto			14	Bimestral
Conselho Municipal de Educação - CME	Lei nº 741/1997, alterada pela Lei 987/2006	Não	Baixo			18	Trimestral
Meio Ambiente - COMDEMAS	Lei nº 129/2009	129/2009	Alto			18	Mensal
Saúde	Lei nº 592/91	591/91	Médio			10	Bimestral
Turismo	Lei nº 3.470/1995, consolidada pela Lei nº 1.321/2017	Lei nº 1370/ 2019	Alto			21	Mensal

Fonte: Prefeitura Municipal de Pardinho, 2019

7. Diagnóstico Institucional

A estrutura administrativa do Município encontra-se representada abaixo:

Figura 4 - Organograma da estrutura administrativa.



Fonte: Prefeitura Municipal de Pardinho, 2018.

Observa-se que o tratamento das questões físico-territoriais estão distribuídas por vários departamentos e setores como Meio Ambiente, Obras e Serviços e Administração, o que pode dificultar a institucionalização do processo de planejamento urbano necessário à efetivação do Plano Diretor e ao cumprimento de suas metas, assim como dos planos setoriais que afetam diretamente o desenvolvimento urbano local, motivo pelo qual seria desejável uma reorganização da estrutura própria, articulando a política urbana e habitacional do município face os desafios a enfrentar. Esta reorganização deveria passar atribuição de funções a um órgão específico de planejamento, visando constituir um forte grupo de gestão urbana e habitacional, focado na elaboração de projetos, programas e aplicação dos planos, para buscar recursos para a implantação do PD noutras esferas de governo ou mesmo em organismos internacionais de fomento. Além disso, é necessário ampliar o quadro de servidores técnicos ligados ao campo da edificação e do urbanismo no quadro permanente, de maneira a que se tenha uma condução dos programas e projetos que consiga fiscalizar obras públicas e licenciar e fiscalizar atividades da iniciativa privada com a qualidade e a agilidade necessária ao desenvolvimento local.

Instrumentos de Planejamento e Gestão

O Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10257 de 10 de julho de 2001) estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulamentam o uso da propriedade urbana em favor do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos e do equilíbrio ambiental.

A ausência de instrumentos modernos e adequados à realidade local dificultam a elaboração e implantação de uma política municipal de ordenamento territorial, que deveria ocorrer através de um conjunto de projetos estruturantes com o objetivo, dentre outros aspectos, da regularização fundiária, da delimitação físico-territorial das regiões de planejamento, o abairramento, a instituição de indicadores para monitoramento do plano, a definição espacial de partes do território urbano para aplicação de diversos instrumentos previstos no Estatuto das Cidades. No entanto, essa diversidade de instrumentos, alguns bastante complexos para sua operacionalização, não encontra ainda respaldo na estrutura administrativa e na legislação municipal para sua efetivação. É preciso preparar previamente a estrutura interna do cadastro físico para possibilitar seu uso na implantação das ações exigidas pelo Plano Diretor vigente, motivo pelo qual uma das prioridades seria a criação de um cadastro multifinalitário.

Embora a legislação de transparência e governança democrática exijam a disponibilização no site da Prefeitura (www.pardinho.pr.gov.br), não há ainda um sistema de informações municipais estruturado de forma a permitir de maneira ágil e didática o acompanhamento ou monitoramento dos planos, projetos e ações elaborados no âmbito do Plano Diretor, pela comunidade local ou pelos próprios organismos públicos, sistema que será fundamental para o êxito do PD.

Estruturação do setor de Planejamento e a realidade físico-territorial

Na estrutura atual da Prefeitura, o Setor de Engenharia é responsável pela aprovação e fiscalização de projetos particulares, elaboração de projetos e gerenciamento das obras públicas e apoio ao Setor de Convênios na elaboração de cartas-consultas para obtenção de recursos do Governo Federal e Estadual. O setor conta com uma arquiteta-urbanista, que ocupa cargo em comissão, um estagiário e uma engenheira civil que presta serviço mediante contrato. A análise e aprovação de projetos de construção de edificações particulares é realizada à luz do Código Sanitário Estadual, já que não existe legislação municipal como o Plano Diretor, Lei de Zoneamento e Código de Obras. Para a realização desses serviços não foram identificados procedimentos consolidados para a sua execução, como definição de prazos, formas de comunicar-se e outras formalidades legais, causando conflitos entre a equipe técnica, requerentes-usuários e outros setores da prefeitura. A equipe técnica não realiza os trabalhos de fiscalização de posturas e de obras, realizada apenas no momento da solicitação do habite-se pelo proprietário do imóvel. Não há quadro técnico de fiscalização na grade atual de servidores.

Grande parte das obras executadas pela prefeitura conta com recursos externos, através de repasses dos Governos Federal e Estadual. O Setor de Engenharia, num primeiro momento, atende as demandas do Setor de Convênios para a formulação das cartas-consultas através da elaboração de projetos, cronogramas, orçamentos e documentação necessária exigida. Além desse atendimento, é função do Setor de Engenharia fazer o gerenciamento das obras e prestação de contas junto aos órgãos financiadores como a Caixa Econômica Federal, CDHU e outros. Atualmente estão em andamento doze obras públicas sob fiscalização da equipe da prefeitura. O setor ressenha-se da falta de equipe técnica permanente e em quantidade suficiente para dar atendimento às demandas e da falta de clareza na priorização dos projetos, sobrecarregando-a. Além dos projetos e obras executados com recursos externos, há o

atendimento às demandas de obras e serviços executados com recursos próprios que necessitam de contratação por licitação, como a manutenção de edifícios próprios, construções, manutenção da drenagem e outras obras e projetos.

Há uma sobrecarga de serviços no setor de engenharia, a falta de procedimentos e critérios de priorização de projetos e obras para dar atendimento às demandas ampliam os conflitos entre os setores, principalmente com o Setor de Convênios. A estrutura organizacional carece de quadro técnico permanente, com engenheiros, arquitetos ou tecnólogos para dar atendimento às demandas da prefeitura. Saliente-se que a implantação do Plano Diretor vai requerer uma estrutura permanente de planejamento e que conheça os seus objetivos e metas.

A questão da preservação do patrimônio cultural local é fundamental para manter vivas as raízes da cultura e tradições locais, como eixo importante para a cidadania e para o desenvolvimento social e econômico de Pardinho. Algumas iniciativas do poder público ocorreram neste sentido, como a criação da lei municipal nº1350/2018, que criou um programa de fomento à produção cultural local. O Plano Municipal de Cultura, em consonância com o Plano Municipal de Turismo já elaborado, está em desenvolvimento, o que pode propiciar o surgimento de novos instrumentos e recursos para a preservação do patrimônio cultural edificado do município.

Em relação aos principais cursos d'água que cortam a cidade, o rio Pardo e o córrego do Vivan, a ocupação das faixas e áreas de preservação permanente por edificações podem ser observadas em alguns pontos da cidade. Em parte, a intervenção do município através da implantação do parque linear do rio Pardo saneou de forma bastante significativa trechos urbanos importantes, com solução urbanística e inserção paisagística de excelente qualidade. Assim, as questões ligadas à paisagem natural e ao patrimônio edificado devem receber prioridade no Plano Diretor, de maneira que as intervenções realizadas tenham asseguradas sua continuidade, em especial junto ao córrego do Vivan, que ainda não recebeu a mesma atenção.

Quanto à política habitacional, outro eixo importante para o desenvolvimento urbano local, ações normativas e legais como a criação do Conselho e do Fundo de Habitação de Interesse Social – PLHIS não foram realizadas, mas a grande quantidade de habitações de

interesse social implantada na cidade ao longo do tempo demonstra a importância de uma política continuada para atender a demanda.

A implantação de um novo conjunto habitacional com 153 novas unidades na zona norte da cidade, que está em andamento através da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo – CDHU é um demonstrativo da relevância da questão para o município. A Lei Orgânica autoriza a utilização do instrumento do IPTU progressivo, cuja aplicação poderia fazer os imóveis urbanos cumprirem sua função social e ampliar os recursos próprios municipais e a oferta de novas habitações pela iniciativa privada, mas para que o instrumento possa ser de fato aplicado deve ser regulamentado por lei específica a partir da aprovação do Plano Diretor.

O cadastro físico do município é outro instrumento importante para a arrecadação própria e para o controle de uso e ocupação do solo, concentrando o manejo dos dados e informações relativos à ocupação territorial urbana. Pela estrutura atual da Prefeitura, o cadastro faz parte da estrutura da Tributação, utilizado para o lançamento de impostos, mas carece de investimentos para ampliar a informatização e integração com o setor de planejamento físico-territorial, especialmente dos mapas e das fichas cadastrais das edificações licenciadas.

O atual perímetro urbano foi estipulado pela lei municipal nº 1220/2015 e não diferenciou a área urbana da área de expansão urbana, englobando 210,19 hectares, num município que possui 210,03 km² de área. O perímetro definido por lei abrange apenas a sede do município, sem incluir os loteamentos distantes da sede, como Jardim Maristela, Ninho Verde II e Serra Italiana, que estão localizados às margens da rodovia Castelo Branco a aproximadamente 15 quilômetros da sede urbana. A área ainda livre de ocupação dentro do perímetro urbano é de 88,9 hectares. Os loteamentos mais recentes totalizam aproximadamente 20, 5 hectares (Loteamentos São João, Alto Pardiniho, Nova Pardiniho e CDHU, este último em obras), o que representa a produção de pouco mais de 400 novos lotes. A área livre dentro do perímetro urbano atual poderia gerar em torno de 1.700 novos lotes, suficientes para abastecer o mercado nos próximos dez anos, mantida a velocidade atual de ocupação. No entanto, restrições ambientais à sua ocupação, como as APPs e desinteresse dos proprietários em

parcelá-las poderá restringir essa oferta, motivo pelo qual é necessário analisar detidamente o tema para definir a manutenção do perímetro atual ou ampliá-lo.

Outro aspecto relevante a considerar no processo de planejamento e de urbanização do município decorre da urbanização distante da sede, que inclui um parcelamento do solo de grandes proporções (Loteamento Ninho Verde II), realizado e administrado por uma empresa privada, cuja implantação vem sendo executada paulatinamente desde os anos 1980. Localizado às margens da rodovia Castelo Branco, possui 11.200 lotes aprovados, com grandes áreas públicas, notadamente Áreas de Preservação Permanente ao longo dos cursos d'água que o cortam. Sua ocupação ainda é bastante rarefeita para a dimensão global do empreendimento, mas vem se acelerando nos últimos anos com a construção de quase 500 novas unidades habitacionais e novos investimentos em pavimentação e infraestrutura. Possui características jurídicas próprias, com contratos bastante detalhados em relação ao uso e ocupação dos lotes que visam conservar as características básicas do projeto inicial, fiscalizadas pelo próprio empreendimento. No entanto, os custos de manutenção cobrados pela empresa privada que o administra e parte dos moradores gera conflitos de ordem privada, que estão sendo levados ao Plano Diretor durante as discussões.

O loteamento Ninho Verde II recebe tratamento específico e diferenciado pela legislação municipal. A Lei municipal nº 1179/2013 prorrogou por mais dez anos os efeitos da Lei nº 908/2003, que garante isenção de IPTU como forma de incentivo à criação de novos loteamentos no município, isenção esta aplicada apenas aos lotes ainda não comercializados pelo empreendedor, que se responsabiliza por alguns serviços, como manutenção do sistema viário, abastecimento de água, coleta de resíduos e fiscalização das construções. Além do Ninho Verde II, outros empreendimentos privados de parcelamento do solo ao longo da rodovia Castelo Branco, distantes da sede, também fazem parte do escopo do PD, pois devem receber a infraestrutura adequada à sua ocupação, como o Jardim Maristela e Serra Italiana.

Duas situações anômalas foram detectadas durante as leituras técnica e comunitária: o loteamento de chácaras Campos Elíseos tem seus imóveis lançados para cobrança do IPTU (estão inseridos na Zona Fiscal 4) e é atendido pela Prefeitura de Pardinho em termos de serviços públicos como coleta de resíduos e manutenção do sistema viário, embora esteja fisicamente instalado no território do município vizinho de Botucatu, constando inclusive dos

mapas e do macrozoneamento do Plano Diretor de Botucatu (Lei Municipal Complementar nº 1224/2017). Trata-se de uma situação que perdura há anos, desde que o empreendimento foi registrado no Cartório de Imóveis de Botucatu.

A solução para essa situação é complexa, pois envolve a eventual modificação das divisas municipais (por lei estadual) ou uma ação de regularização junto ao Cartório de Registro de Imóveis, além da concordância de proprietários e dos poderes municipais envolvidos. Por outro lado, o Jardim Maristela, loteamento situado às margens da Rodovia Castelo Branco, não está regularizado perante o Cartório de Registro de Imóveis. Seu proprietário iniciou um processo de regularização fundiária que não foi concluído, perdurando a situação de irregularidade fundiária.

O mapa de valores imobiliários e de custos de produção das edificações encontra-se desatualizado em relação aos preços de mercado de acordo com as informações levantadas junto a corretores e imobiliárias que atuam no município, embora sua atualização legal seja recente, através da lei complementar nº 170/2015, que instituiu a Planta Genérica de Valores - PGV do Município, definindo critérios para lançamento do imposto predial e territorial urbano. Foram criadas sete zonas para efeito da cobrança dos tributos, cujos valores representam as diferenças do mercado imobiliário local em função de localização, equipamentos públicos e infraestrutura disponível. O município ainda não implantou um cadastro multifinalitário, entendido como um sistema de registro dos elementos espaciais que representam a estrutura urbana e que consiga atender funções fiscais, jurídicas e de planejamento, embora tenha havido avanços na manutenção da base cartográfica pelo Setor de Engenharia, que é a base da estrutura para controle do uso e ocupação do espaço urbano.

Desenvolvimento econômico

A questão do desenvolvimento econômico local assume um caráter prioritário em face do câmbio da economia brasileira. Os aspectos relacionados ao turismo e à agricultura devem ser considerados como relevantes. O turismo passou a ancorar novas iniciativas para a geração de emprego e renda, e a elaboração de um Plano Municipal de Turismo - PMT com uma série de programas e projetos a serem desenvolvidos devem estar contemplados no PD, especialmente sobre questões ligadas à infraestrutura que melhorem a viabilidade do turismo local como elemento chave para o desenvolvimento municipal. São quatro os princípios que orientam todo o processo de elaboração e implementação das propostas de turismo do PMT, com objetivo de promover uma mudança: “Solidária, Ecológica, Sustentável e Empreendedora”.

Pardinho foi transformado em Município de Interesse Turístico - MIT através da lei estadual nº 16.270/2018. Os MITs recebem recursos anuais do governo do Estado para investimentos na infraestrutura turística, cuja utilização deve fomentar a ampliação e o fortalecimento das atividades econômicas da região. Os MITS são de fundamental importância para geração de emprego e renda das cidades. É importante observar que Pardinho poderá pleitear o título de estância turística e receber uma verba ainda maior para investir no fortalecimento dessa área. Outra organização para o fomento ao turismo é o consórcio Pólo Cuesta. Segundo o Plano Diretor de Turismo, “Pardinho faz parte, desde sua criação, da região turística Pólo Cuesta que é um consórcio criado em 2001, como associação sem fins lucrativos, com o objetivo de desenvolver o turismo de forma regional e sustentável através da integração do trabalho em conjunto dos municípios. O consórcio, além de Pardinho é composto por mais onze municípios: Anhembi, Areiópolis, Bofete, Botucatu, Conchas, Itatinga, Pratânia e São Manuel sendo que três são Estâncias turísticas: Avaré, Barra Bonita e Paranapanema. Sua missão é de fortalecer o desenvolvimento turístico regional entre os municípios que o integram em assuntos de interesses comuns, perante quaisquer outras entidades públicas, de qualquer esfera de governo, além das de iniciativas privadas. Estes interesses são os de prestar aos municípios associados, serviços de planejamento, capacitação, normatização, construção e conservação de equipamentos turísticos; além de marketing que venham a promover o desenvolvimento do turismo regional mediante programas de trabalho devidamente aprovados pelo Conselho de Municípios.

Tem por objetivo o planejamento e execução de políticas de melhor aproveitamento do potencial turístico dos municípios mediante o desenvolvimento integrado e sustentável sob os aspectos ambientais, sociais, éticos e econômicos. E finalmente estimular o desenvolvimento de programas permanentes de conservação e proteção do meio ambiente”.

Ao lado destas iniciativas, a Prefeitura estimulou e mantém estruturas permanentes de governança para discussão, planejamento e gestão do turismo no território municipal, no sentido de preservar o patrimônio ambiental fundamental ao seu desenvolvimento: foi criado o COMDEMAS - Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente e Sustentabilidade e o Conselho Municipal de Turismo - COMTURP, que atuam em conjunto com o Conselho gestor da APA Pardinho e o CEDEPAR – Consórcio de Estudos, recuperação e Desenvolvimento Sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio Pardo, que buscam soluções para manter as condições de preservação. Foi criado ainda o “Programa de Desenvolvimento do Turismo da Cuesta do Pardinho” com objetivo de conscientizar da importância e fragilidade ambiental, econômica e social desta condição, de Pardinho ter a maior parte de seu território em área de APA. Dentre os principais projetos desenvolvidos nos últimos cinco anos ou em andamento pela Coordenadoria de Turismo, encontram-se as “Trilhas da Cuesta do Pardinho”, “Gastronomia da Cuesta do Pardinho”, assim como o Espaço Cultural Zulmira Vivan, onde foi instituído o PIT – Posto de Informação Turística, o Laboratório Gastronômico, além de abrigar a Reserva técnica do futuro Museu Tião Carreiro.

8. Plano Municipal de Turismo

O PMT apresenta um conjunto de diretrizes e metas, abaixo relacionadas:

DIRETRIZ 1 - META: Organizar, normatizar e desenvolver a atividade turística transformando o município de Pardinho como destino turístico de referência nacional de turismo responsável.

Curto Prazo:

- Implantar em Pardinho, interligado aos demais municípios do Polo Cuesta, o Plano de Sinalização Turística composto pelo emplacamento urbano e rural, oficinas interativas nas escolas, instalação do sistema de CEP rural ligado a com a Polícia ambiental e Militar e o SUOR – Sistema Único On-line de Registro para normatizar a entrada dos trilheiros nas propriedades privadas;
- Contratar serviços para: regulamentar e normatizar os eventos Off Rod – assegurar que eventos do calendário oficial a exemplo do “Passeio do Vivan” venham a ser modelos de segurança e qualidade;
- Equipar os setores turísticos (Coordenadoria, Conselho, PITs): máquina fotográfica de alto padrão, impressora A3 de alta resolução, filmadora, caixas de contenção de água, energia solar.
- Realizar workshop com os Guias Nativos e profissional especializado para mapear circuitos, roteiros locais e regionais com ações e divulgação conjunta entre os municípios da região turística Polo Cuesta;
- Patrocinar o Manual de Procedimentos para o Plano de Regate de Vítimas de Acidentes em áreas naturais do município para que seja implantado na cidade e posteriormente no Polo Cuesta;
- Comprar três viaturas para fiscalização das trilhas: Jeep traçado, quadriciclo 4X4, uma moto de trilha;
- Proporcionar treinamento aos profissionais locais para organizarem as iniciativas particulares em Rotas oficiais e desenvolverem produtos de mercado - Rota do café, Rota das Trilhas, Rota Caipira, Rota do leite, Rota do milho, Rota das frutas, Rota religiosas e os Roteiros científicos pedagógicos) e sua promoção comercial;
- Providenciar recursos para finalizar o mapa turístico incluindo circuitos e roteiros para todos os segmentos turísticos do município;

- Regular e normatizar junto aos organizadores do porte do “Brasil Ride” o uso do território nos eventos que acontecem ou passam pelo município de Pardinho garantindo a compensação ambiental e projetos sócio educacionais;
- Promover concursos com os munícipes para criar símbolos que identifiquem o município de Pardinho e suas vocações como estratégia de promoção da conscientização da população aos benefícios do turismo;
- Articular a nomeação de Pardinho como capital da música de raiz;
- Articular promoção do município pela indicação de seus produtos como patrimônio cultural imaterial a exemplo de sua gastronomia: mingau e o bolinho de milho (feitos sem adição de farinha de trigo), Favitos (bolinho de massa de pão frita e caramelizado);
- Articular inserção dos nossos eventos no calendário estadual;
- Aplicar a legislação sobre cobrança do uso de espaço e equipamentos públicos segundo a Lei complementar 169/2015 - Sistema tributário Municipal - destinando-as ao Fundo Municipal de Turismo;
- Contratar uma Consultoria de pesquisa que treine os Guias mirins a aplicarem a pesquisa de Demanda Turística transformando-os em equipe fixa que mantenha os dados atualizados, façam rodizio de permanência no PIT – Posto de Informação Turística, bem como remunerá-los;
- Equipar o Posto de Degustação: fogão a lenha, fogão a gás, geladeira, freezer, balcão de venda estilo rural, panelas de barro e utensílios;
- Promover a panfletagem constante nos eventos e feiras;
- Financiar a formação e manutenção de grupos de dança folclórica, violeiros, festeiros preservando a continuidade destas figuras locais;
- Instalar a Feira local com produtos rurais e artesanais, comida típica e atrações tradicionais dentro do conceito SESE – (solidário, empreendedor, sustentável, ecológico);
- Criar reserva técnica para garantir a manutenção dos equipamentos, grupos, serviços criados.

Médio prazo:

- Contratar profissional para treinar a equipe local a construir o Plano de marketing turístico interativo promotor da conscientização da nossa proposta de destino de experiências e aprendizados significativos;
- Possuir e manter uma frota de fiscalização e manutenção das trilhas;
- Instalar sistema de painel eletrônico de divulgação nos pontos urbanos;
- Criar a legislação necessária para garantir a visitaçãõ agendada e implementação do Sistema de Voucher virtual, a partir do SUOR, normatizando o acesso aos atrativos;
- Estabelecer parceria com a CATI e Secretaria do Meio ambiente para implantar o Plano de Manejo Sustentável para o uso responsável do nosso território;
- Aplicar sistema de compras das MEIs & Mês, agricultura familiar locais, principalmente dos produtos artesanais;
- Construir pontos de hidratação e descanso em pontos estratégicos das trilhas tanto para competições quanto passeios, incluindo pontos monitorados e acesso à internet facilitando o resgate nas áreas de difícil acesso;
- Capacitar o grupo de artesãos para desenvolver dentro de sua própria técnica produtos diferenciados em sintonia com nossas vocações turísticas, bem como fortalecer uma marca local no nível de exportação;
- Contratar um setor próprio de marketing.

Longo prazo:

- Consolidar pela construção participativa e a constante avaliação: Pardinho como referência em conservação ambiental e cultural;
- Manter um setor próprio de contabilidade, compras, assessoria jurídica, manutenção, transporte, bem como fiscalização;
- Construir uma área de eventos paramentada com energia limpa, dentro dos conceitos SESE e praça de alimentação local de alto nível;
- Manter equipes fixas altamente qualificadas;
- Construir e manter quiosques de informação, venda e descanso em diferentes pontos dos eixos de desenvolvimento.

DIRETRIZ 2 - META: Construir produtivas relações entre política pública e iniciativa privada para assegurar, tanto a população local quanto ao turista, significativas experiências e gratificantes aprendizados.

Curto prazo

- Contratar profissionais qualificados, preferencialmente locais para desenvolver e promover ações educacionais, tanto no âmbito escolar quanto com a população para que conheçam e promovam a proposta de desenvolvimento deste Plano tendo como estratégia os passeios aos nossos atrativos;
- Efetivar profissionais fiscais qualificados para promover campanhas de orientações para as questões ambientais e condições legais para atuarem na garantia das normas vigentes, principalmente nos eventos e atividades turísticas;
- Proporcionar condições de realização de consultorias coletivas, parcerias entre os proprietários de atrativos para melhoria de atendimento, infraestrutura implantado sutilmente a conscientização ecológica; Soluções cooperativas exemplo das demandas abaixo: a) Mirante natural do “Gigante Adormecido” para elaboração de projeto de instalação de sinalização instrutiva, áreas de acesso com controle, estacionamento e orientação para projeto de um deck para visita noturna com telescópios; b) Paineira velha para elaboração de Plano de crescimento e aproveitamento da sua área rural; c) Parque linear com projetos de criação do Portal da cidade, revitalização da Praça da Escultura do Ferreirinha e remanejamento dos postos de informações turísticas nas entradas; d) Propriedades em torno das trilhas, incluindo áreas das Cachoeiras; e) Nascentes do Rio Pardo, organizar as propriedades envolvidas instituindo como roteiro pedagógico – divulgar oficialmente. Implanta-lo no currículo escolar; f) Observação de pássaros - instruir como roteiro – divulgar atividade oficialmente; g) Organizar atividades turísticas do bairro Campos Elíseos: feiras, almoços, observação noturna, Festa da padroeira, festa junina;

- Realizar workshops de Aprofundamento de estudos, manter e promover a tradição da cultura caipira como principal identidade do município, bem como seminários, fóruns: a) Realizar concursos, gincanas com público estudantil envolvendo ações com a população para promoção da história; b) Divulgar amplamente nossos produtos locais e a tríade café, milho e leite como nossos tesouros; c) Promover atividades pedagógicas durante o processo de implantação do Museu Tião Carreiro; d) Desenvolver mecanismos e subsídios para manter a atividade Cultural rural criando um calendário que as promova e garanta sua continuidade; e) Resgatar o evento carnavalesco do Boi e burrinho do tio Nicanor contratando artesão para reproduzi-los, a banda de marchinhas para o matine e os desfiles das duas escolas locais e seus blocos para as festividades do carnaval tradição;
- Propiciar continuidade às ações: a) “Cuesta Limpa Rio Pardo” vinculada à de “The World Clean”, projeto da ONU para recuperação das nascentes do Rio Pardo; b) Ecoventura – Preservar para continuar: c) Caminhada Gastronômica; d) Organizadores de Eventos – Protocolo de liberação de eventos: e) Gastronomia da Cuesta do Pardinho – Posto de degustação dos produtos locais – Desenvolvimento do CD postal de Chocolate, Bombom de Milho f) Padronização da praça de alimentação dos eventos caracterizando-a com uniformes, banners informativos históricos, incentivos para desenvolverem produtos diferenciados instituindo momento de apresentação dos produtos típicos.

Médio prazo:

- Criar uma ciclovia e uma passarela para pedestres de 8 km que conecte a área urbana ao eixo turístico “Vista do Gigante”, com bolsões de estacionamento e uma área comercial para atendimento ao turista com quiosques de artesanato e gastronomia dentro de um projeto sustentável referência ecológica;
- Efetivar por meio de concurso público contratação de profissionais qualificados para o setor de turismo que atendam nossa demanda e especificações (rural, off road, cultura caipira, economia verde);

- Construção do Museu da Cultura Caipira – tendo como patrono Tião Carreiro – ícone da música de raiz abrigando seu acervo doado pela família ao município e outras raridades. Planejado para ter ações educativas (sala de audição, música, dança, pesquisa e teatro) de promoção e preservação da cultura caipira com a comunidade local e turistas;
- Instalar um trenzinho e ou similar que circule gratuitamente durante a semana para a população local, principalmente os projetos escolares para frequentar os atrativos e aos fins de semana como atrativo turístico cobrado revertendo para manutenção da semana;
- Equipar o COMTUR Pardinho e subsidiar a contratação da Secretaria Executiva e as Diretorias e/ou a Organização de Desenvolvimento.

Longo prazo:

- Inserir na grade curricular do Ensino fundamental ao Ensino médio vivências educativas e lúdicas de promoção do turismo local;
- Ter o maior número de munícipes como promotor do turismo local;
- Constituir uma rede de parcerias solidaria que promova a preservação Ambiental e Cultural legalmente amparada;
- Patrocinar o suplemento do Turismo no jornal da cidade e na região em parceria com Polo Cuesta;
- Montar e equipar um Centro de treinamento para demanda turística local e regional.

DIRETRIZ 3 - META: Promover orientação quanto ao suporte técnico, tanto à iniciativa privada quanto a Gestão pública, no que tange as questões de intervenções urbanas para que venham a ser planejadas considerando o desenvolvimento do turismo e a preservação do patrimônio ambiental e cultural.

Curto prazo:

- Realizar projetos de paisagismo revitalizar as oito praças da área urbana e suas vias de acesso garantindo que sejam consideradas as questões de acessibilidade e mobilidade, bem como preservação da flora e fauna local;
- Contratar equipe especializada para desenvolver o site do Conselho e da Coordenadoria de Turismo mantendo-os constantemente alimentados, com os cadastros dos eventos e passeios. Utilizar como ferramenta de conscientização e mobilização, bem como alimentação do site do Polo Cuesta; Divulgar as ações educativas que estão em andamento nas escolas e com a população em geral e fora do âmbito local; Dar visibilidade ao SUOR;
- Realizar mensalmente reuniões entre as cidades de Pardinho, Bofete, Botucatu e Itatinga para criar ações ambientais de preservação das APAS nos eventos de Off Road e efetivação do SUOR integrada ente estas cidades, com a contratação de uma central de manutenção e fiscalização do SUOR que atenda os eventos regionais;
- Orientar e se for o caso de reincidências, multar omissões e ou descumprimento das leis ambientais;
- Criar as condições legais e financeiras para aplicação do Protocolo de liberação de eventos, principalmente para eventos externos que utilizam nosso território;
- Fazer cumprir a Lei do Calendário oficial;
- Promulgar repasse Municipal de porcentagem de ICMS, ITR e recolhimento de pedágio, Tarifa de Incentivo ao turismo entre outros para o Fundo de Desenvolvimento garantindo o Plano de manejo sustentável e uso responsável; Compra de viatura para fiscalização, contratação de fiscal, recuperação das áreas degradadas;
- Instituir a Taxa de incentivo ao turismo e o Programa de Desenvolvimento e Fortalecimento da Economia local;
- Fiscalizar, orientar e multar os eventos que não fizerem compensação ambiental.

Médio prazo:

- Articular junto ao poder público uma lei de uso e ocupação de solo que garanta o desenvolvimento organizado e sustentável do município;
- Contratar consultoria para desenvolver o Plano de Manejo para todas as áreas que sofrem impacto ambiental com a movimentação do turista com regras de visitação e taxas de manutenção;
- Financiar a elaboração do Plano estratégico para o desenvolvimento e exploração dos atrativos e serviços em áreas privadas dentro de APA;
- Regulamentar e normatizar construções e empreendimentos, expansão urbana e rural contemplando as restrições relativas à APA;
- Construir um Centro de Convenções para realização dos eventos acima de cinco mil pessoal reservando a Praça da Matriz para eventos da população;
- Propiciar Política de incentivo da fixação do jovem agricultor e sua família garantindo a sucessão e a continuidade, fortalecimento da agricultura, principalmente familiar com estímulo agregação de renda com atividade turística;
- Agilizar aplicação da Lei geral para compra direta, produtos e serviços locais para festas e eventos municipais;
- Possuir uma rede integrada de monitoramento dos atrativos e controle de acessos;
- Contratar empresa especializada para aplicação das normas da ABRT.

Longo Prazo:

- Instalar caixas de reuso de água, energia solar, fossa séptica nos equipamentos turísticos públicos, bem como incentivar a iniciativa privada;
- Implantar o Parque das Cachoeiras com o conjunto de propriedades particulares para uma visitação planejada e sustentável; - instalando áreas de descanso e rampas de acesso com corrimão e pisos ante derrapantes e drenante.

DIRETRIZ 4 - META: Motivar a população sobre a importância do turismo incentivando investimentos e promoção da qualificação profissional para o atendimento da demanda turística.

Curto prazo:

- Contratar empresa qualificada para profissionalizar os guias nativos e os guias mirins;
- Instalar um Programa de educacional dos envolvidos no projeto “Caminhada Gastronômica”, diretor, coordenador, professores e alunos da escola estadual de ensino médio Napoleão Corule, passando a ser um segmento dentro da pasta de turismo em parceria com educação;
- Desenvolver e aplicar um Programa educacional com os jovens que trabalham nos eventos Brasil Ride e Ecotrail passando a ser um segmento dentro da pasta de turismo em parceria com educação, bem como ações de promoção do esporte para crianças e jovens em idade escolar, em parceria com as Diretorias de Educação e Esporte;
- Manter a consultoria de pesquisa contínua passando a ser aplicado por estudantes e empresa de pesquisa local, bem como ter um guia mirim efetivo nos principais atrativos – todos uniformizados e identificados, bem como oferecer uma bolsa de incentivo e auxílio alimentação;
- Efetivar panfletaria atualizada para eventos, fixa nos atrativos e presente nas feiras do Estado e similares, bem como ter uma barraca do turismo em todos os eventos locais com vídeo institucional;
- Promover tour turístico interno com as escolas e funcionários públicos e privados durante a semana;
- Contratação de profissionais para redação e acompanhamento dos projetos para editais e parcerias, leis de incentivo.

Médio prazo:

- Comprar gradativamente, quatro ônibus para atender os eixos de desenvolvimento simultaneamente;
- Promover cursos de capacitação e, ou parcerias com instituições para atender todos os profissionais das mais diversas áreas que ofertam produtos e serviços ao turista;

- Contratar a faculdade Uniararas (já tem turmas em Pardinho) ou similar para realização de cursos universitários na área turística;
- Incorporar ao quadro de efetivos os Guias Nativos e Mirins;
- Desenvolver sistema e realizar manutenção do banco de dados do setor econômico do turismo.

Longo prazo:

- Ter em cada município um promotor dos atrativos locais;
- Criar um quadro efetivo de funcionários da área de turismo e eventos por meio de realização de concursos que venham atender nossa demanda específica.

DIRETRIZ 5 - META: Promover o empreendedorismo e incentivar iniciativa privada a investir na melhoria dos seus negócios, bem como práticas sustentáveis; Potencializar os eventos, serviços e produtos do Município direcionado ao fortalecimento econômico local.

Curto prazo:

- Promover oficinas de orientação e parcerias para a melhoria da infraestrutura dos negócios voltados para a atividade turística, disponibilizando banheiros e estacionamentos e a ofertar serviços e produtos da mais alta de qualidade;
- Promover Rodadas de negócio e buscar meios de propiciar mecanismos de investimentos e ou parcerias para estimular os empreendedores, empresários, comerciantes e organizadores de eventos locais a investir no planejamento das construções dos futuros negócios considerando: práticas sustentáveis, áreas de lazer, estacionamento, investimento na geração e formação com estágios remunerados, gastronomia local, padronização de atendimento, apresentação dos produtos;
- Promover eventos de ou com degustação e venda dos produtos locais: Café Cuesta, Pardinho artesanal; Cerveja artesanal, produtos da roça, produtos do milho;
- Patrocinar a construção de um Empório em diferentes pontos - quiosques para venda de produtos rurais e artesanato local, bem como apoiar as iniciativas da feira do produtor rural e a feira de artesanato do Parque linear garantindo que mantenham – se nas diretrizes aqui elencadas;
- Incentivar, orientar e promover a criação de grupos de investimentos coletivos, participação em programas, organização de grupos;
- Trocar as compras de descartáveis plásticos por biodegradáveis nos setores públicos e seus eventos, bem como criar condições para estender ao setor privado;
- Criar o projeto Festival do Milho do Pardinho envolvendo a comunidade para divulgar as receitas existentes desde a colonização com esse produto e tornar as receitas do mingau de milho e bolinho, Favitos como patrimônio cultural imaterial;
- Promover treinamentos constantes com sistema “S” e similares de interesse dos nossos segmentos;
- Realizar encontros e Fóruns sobre o turismo para manter o “trade” do turismo em constante relacionamento, propondo ações de melhoria contínua para o desenvolvimento e gestão do turismo.

Médio prazo:

- Manter um programa de Gestão e Governança da atividade turística;
- Comprar estruturas para eventos ao invés de alugar: palco, tenda de som, barracas da praça de alimentação;
- Criar um sistema de certificação e premiação que incentive o investimento na qualidade e diferencial do produto e serviços. Longo prazo:
- Realizar Feiras de Negócios: produtos orgânicos, maquinário agrícola, leite, café, milho, banco de sementes; garantindo a praça de alimentação e artesanato local;
- Ter sua própria equipe de eventos.

Depreende-se que a Prefeitura está dando consequência ao planejamento do PMT, no ritmo de suas possibilidades atuais de investimento e prioridades. No que tange ao PD em elaboração, é importante ressaltar os projetos que envolvem aspectos físico-territoriais que são objeto dos estudos do PD, indispensáveis ao sucesso das iniciativas preconizadas pelo PMT, em especial os seguintes:

- Construir pontos de hidratação e descanso em pontos estratégicos das trilhas;
- Construir uma área de eventos;
- Construir e manter quiosques de informação;
- Mirante natural do “gigante adormecido” para elaboração de projeto de instalação de sinalização instrutiva, áreas de acesso com controle, estacionamento e orientação para projeto de um deck para visita noturna;
- Parque linear com projetos de criação do portal da cidade;
- Revitalização da praça da escultura do ferreirinha;
- Criar uma ciclovia e uma passarela para pedestres de 8 km que conecte a área urbana ao eixo turístico “vista do gigante”;
- Construção do museu da cultura caipira;
- Realizar projetos de paisagismo revitalizar as oito praças da área urbana;
- Construir um centro de convenções para realização dos eventos acima de cinco mil pessoas;
- Implantar o parque das cachoeiras;
- Patrocinar a construção de um empório para venda de produtos rurais e artesanato local.

9. Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável

Outro Plano municipal, o de Desenvolvimento Rural Sustentável desenvolvido pela Casa de Agricultura de Pardinho - CATI, embora se refira ao período de 2010-2013, tinha como finalidade diagnosticar a situação real dos produtores, e suas interações de sustentabilidade relacionadas aos aspectos sociais, ambientais, econômicos e definir propostas e políticas públicas que visem à melhoria da problemática do campo.

Tabela 45 - Diretrizes para o Desenvolvimento Municipal do PMDRS

Ordem	Diretrizes	Indicadores	Estratégias	Instituições envolvidas
1°	Fortalecimento da associação de produtores rurais de Pardinho, APRUPAR, visando o aumento da renda do	N° de estratégias realizadas.	-Elaboração de mecanismos motivacionais, promovendo maior participação do produtor associado e conscientizando da importância de associação na melhoria da renda. -Realização de palestras, encontros, visitas, dias de campo, focados na área técnica e de comercialização. -Desenvolver subgrupos de atuação da associação,	CATI; Prefeitura Municipal; SEBRAE; Sindicato Rural Patronal
	associado.		subdivididos em cadeias de produção. -Planejar atuação da associação na produção de olerícolas atendendo a Lei nº 11.947/09. -Planejar atuação da associação na questão do turismo rural sustentável, área com grande potencial de desenvolvimento no município. -Planejar atuação da associação no setor aviário, o setor demonstra um crescimento nos últimos anos. -Planejar e incentivar a produção, comercialização e consumo de produtos orgânicos. -Elaborar ações práticas de agregação de valor aos produtos agrícolas. -Apoiar ações comunitárias de compra de insumos e venda de produtos. -Apoiar ações que disponibilize uma linha de crédito ao associado. -Planejar ações para a industrialização do produto "café" e certificação. -Aquisição de armazém para estocagem da produção. -Aquisição de balanças para uso dos associados -Planejamento da logística de beneficiamento e comercialização do café. -Compra de equipamentos -Eficiência no transporte da produção, diminuindo perdas e distâncias. -Compra de equipamentos -Viabilizar maior oferta de incentivos governamentais e políticas públicas aos associados.	
2°	Apoio a programas comunitários de aquisição de insumos agrícolas.	N° de produtores atendidos	-Implantar compras comunitárias de insumos, fortalecendo o poder de barganha do produtor frente aos fornecedores.	CATI; Prefeitura Municipal; Sindicato Rural Patronal; APRUPAR.
3°	Fortalecimento das	N° de estratégias atendidas	-Atender demanda de palestras, cursos e assistência	CATI;

	condições de assistência técnica e extensão rural.		técnica com enfoque em proteção ambiental e desenvolvimento agropecuário sustentável. -Orientações sobre agregação de valor no produto e comercialização -Aumentar apoio da patrulha agrícola. -Fortalecimento nas ações da Associação existente para que organizados consigam mais apoio dos órgãos governamentais presentes -Atender demanda por campanhas de amostragem e análise de solo. -Atender demanda por campanhas de incentivo ao uso de calcário. -Atender demanda por campanhas de terraceamento e conservação de solos. -Atender demanda por orientação e fiscalização da venda de gado por parte da Defesa Agropecuária -Conscientização e palestras objetivando o uso de EPI e eficiência da aplicação de agrotóxicos. -Realizações de excursões que visem conhecer novas tecnologias. -Continuidade e fortalecimento do Programa CATI Leite -Realizar palestras motivacionais aos produtores no intuito de aumentar a participação nas ações planejadas.	Prefeitura Municipal.
4°	Disponibilizar com maior eficiência informações sobre as condições de crédito rural.	N° estratégias atendidas	-Elaborar meios para aumentar a eficiência da informação, objetivando o acesso do produtor ao crédito rural. -Propor alternativas no intuito de sanar dúvidas sobre legalização de escrituras e outros documentos necessários na obtenção de crédito rural. -Estreitamento nas relações com as instituições fornecedoras de crédito, diminuindo as divergências e	CATI; SEBRAE Prefeitura Municipal.

			falta de informações. -Estudar formas de facilitar acesso e disponibilidade de créditos a outros enquadramentos (enquadrar também médios agricultores) que não seja Agricultura familiar.	
5°	Implantar o programa de produtor de água.	Criação da Lei	-Captação de recursos junto a SABESP, para remuneração aos produtores que preservam os cursos, nascentes e minas de água. -Criar junto com a comunidade rural, um programa sobre pagamentos por serviços ambientais como incentivo a recuperação e conservação ambiental nas propriedades rurais.	CATI; Prefeitura Municipal; SEBRAE; I. Jatobás; Sindicato Rural Patronal, APRUPAR; SABESP.
6°	Implantar ações que preservem e restaurem as condições ambientais do município	N° de estratégias atendidas	-Incentivar plantio de árvores nativas em áreas de APPs. -Apoiar ações de coletas de embalagens de defensivos agrícolas. -Desenvolver projetos de educação ambiental nas escolas -Viabilizar alternativas de rendas para pequenas propriedades que tenham percentual alto de área de APPs. -Conscientizar produtores da importância de cercar áreas de APPs. -Promover campanha de orientação sobre legislação ambiental -Adotar campanhas de práticas de conservacionistas como terraceamento e curvas de nível. -Captação de incentivos financeiros para adquirir mudas nativas e cercas para formação e recuperação de APPs. -Conscientizar e fiscalizar população do meio rural sobre aspectos de legislação ambiental.	CATI; Prefeitura Municipal; I. Jatobás.

			<ul style="list-style-type: none"> -Elaborar palestras sobre técnicas de práticas agrícolas sustentáveis. -Implantação de sistemas agrosilvipastoris, onde produtor possa explorar sustentavelmente áreas de Reserva legal e APPs. -Cadastramento de produtores que queiram participar de política pública da SMA na recuperação de áreas degradadas. -Atentar para a questão dos transgênicos, criar legislação municipal a respeito. -Propor ações para a regularização de loteamentos na zona urbana e rural -Desenvolver programas de incentivo a recuperação florestal nas áreas de nascentes e ao longo dos corpos d'água que incluam diferentes estratégias de recuperação tais como regeneração natural, enriquecimento, nucleação e sistemas agroflorestais, reduzindo assim os custos da recuperação; -Criar junto com a comunidade rural, um programa sobre pagamentos por serviços ambientais como incentivo a recuperação e conservação ambiental nas propriedades rurais. 	
7°	Melhoria da qualidade genética de rebanho leiteiro	Número de inseminações artificiais realizadas.	<ul style="list-style-type: none"> -Seleção das matrizes do rebanho para implantação da inseminação artificial. -Descarte das matrizes improdutivas. -Eliminação das matrizes positivas diagnosticadas através de exames de Brucelose e Tuberculose. 	Prefeitura Municipal; CATI; Sindicato Rural Patronal; APRUPAR.
8°	Promover cursos de capacitação do trabalhador rural	Nº de trabalhadores capacitados	<ul style="list-style-type: none"> -Realização de palestras e cursos -Visitas técnicas -Dias de campo 	Prefeitura Municipal; SENAR; CATI, UNESP; Sindicato Rural Patronal, APRUPAR; SEBRAE.

9°	Monitoramento das ações de fornecimento de energia elétrica na zona rural	Nº de estratégias atendidas	<ul style="list-style-type: none"> -Levantamento das propriedades que ainda não possuem energia elétrica. -Monitoramento dos produtores cadastrados no programa "Luz para Todos". -Conscientizar e informar produtores sobre o programa "Luz para todos". 	CATI; Prefeitura Municipal; CPFL.
10°	Programa de adequação de estradas rurais.	Nº de estratégias atendidas	<ul style="list-style-type: none"> -Explorar programas de implantação e adequação de estradas "Melhor Caminho". -Conscientizar produtores à não acabar com os bigodes, e adequar para que esses bigodes tivessem continuidade com as curvas de nível, necessários para conservação das estradas. -Necessidade de fazer adequação de estradas corretamente. -Capacitação de funcionários para adequação das estradas. -Construção de caixas de contenção de água em propriedades rurais que estiverem em pontos estratégicos. 	CATI; Prefeitura Municipal.
11°	Melhorar as condições de saneamento na zona rural	Nº de estratégias atendidas	<ul style="list-style-type: none"> -Criar uma lixeira comunitária, onde haja uma coleta seletiva semanal em cada bairro e instalação de lixeiras suspensas a cada trecho das estradas principais. -Incentivar o uso de fossas sépticas. -Sinalização para não jogar lixo na estrada. -Conscientizar pessoas da importância da devolução de embalagens vazias de defensivos agrícolas e promover coletas semestrais de embalagens de defensivos agrícolas realizadas pela Casa da Agricultura. 	Prefeitura Municipal; CATI; SABESP.
12°	Melhorar os meios de comunicação na zona rural	Nº de estratégias atendidas	<ul style="list-style-type: none"> -Fazer contato com empresas telefônicas e provedores de internet para tentar melhorar situação (celular precário, falta internet). 	CATI; Prefeitura Municipal.

13°	Fomentar a criação de áreas de lazer que atendam as necessidades do município.	Criação das áreas e ações.	-Construir campo de malha e bocha. -Construir área a destinada a leilões e quermesses. -Estimular almoços e cavalgadas. -Criar um roteiro municipal interagindo pontos físicos com gastronomia. -Divulgar e facilitar acesso a áreas de pesqueiro.	CATI; Prefeitura Municipal; I. Jatobás.
14°	Programa de revitalização do manancial do Rio pardo	Mapa temático e adesão de 30 produtores ao pacto de revitalização, Formação de 30 agentes ambientais.	-Mapeamento do uso de solo. -Adequação ambiental de produtores rurais	I. Jatobás; Prefeitura Municipal; CATI.
15°	Fortalecimento do Turismo sustentável	Criação do plano diretor de turismo, acesso ao crédito de turismo rural (pronaf), fortalecimento do COMDUR (conselho municipal de turismo) e FUMTUR (fundo municipal de turismo)	-Construção do projeto de turismo sustentável	I. Jatobás; SEBRAE; Prefeitura Municipal; CATI.
16°	Inserção de produtores rurais no Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica (Lei nº 11.947 de 16/06/2009).	Nº de produtores inseridos no programa	-Divulgação do programa. -Adequação dos produtores ao programa	Prefeitura Municipal; SEBRAE; CATI.
17°	Modernização da Patrulha agrícola	Nº de produtores atendidos pela patrulha agrícola	-Aquisição de 3 implementos -Manutenção dos tratores	Prefeitura Municipal; CATI.
18°	Implantação de uma cadeia agroecológica	Formação de um grupo com registro em ATA, da formação de mutirão de produção verde.	-Formulação de um projeto. -Obtenção de recursos e acompanhamento continuado do programa.	I. Jatobás; SEBRAE; Associação biodinâmica; Pref. Municipal; Cati;

19°	Implantação de uma área de proteção municipal	Lei de criação	-Estudo de viabilidade. -Envolvimento de parceiros, apoiadores e proprietários de terra.	Sindicato Rural Patronal Instituto Jatobás; CATI; Prefeitura municipal.
20°	Programa de geração de renda	Constituição de grupos de MEI	-Construção do projeto de geração de rendas. -Capacitação de costureiras e artesões.	SEBRAE; I. Jatobás; Prefeitura Municipal; CATI.
21°	Projeto de arborização urbana	600 árvores plantadas na área urbana	-Elaboração do projeto de arborização urbana. -Captação de recursos	I. Jatobás; Prefeitura Municipal; CPFL; CATI.
22°	Implantação de projetos de quintais produtivos para famílias de baixa renda	30 de famílias atendidas	-Formação de projetos. -Captação de recursos. -Envolvimento de parceiros	I. Jatobás; Prefeitura Municipal; CATI.
23°	Promover cursos de capacitação gerencial, agregação de valores visando aumento de renda ao produtor rural	Nº de produtores capacitados	-realização de palestras e cursos -Envolvimento de parceiros	Prefeitura Municipal; CATI; SEBRAE; SENGAR; UNESP; APRUPAR; Sindicato Rural Patronal.
24°	Aquisição de silos de armazenagem de grãos	Nº de produtores atendidos	Aquisição de um silo de armazenagem de grãos	Prefeitura Municipal; Sindicato Rural Patronal, APRUPAR e CATI;
25°	Aquisição de uma balança de uso comunitário de pesagem de insumos e produção agrícola	Nº de produtores atendidos	Aquisição de uma balança de pesagem de insumos e produção agrícola	CATI, Prefeitura Municipal, Sindicato Patronal Rural e APRUPAR.

26°	Aquisição de um secador de grãos para uso comunitário	Nº de produtores atendidos	Aquisição de um secador de grãos	CATI; Prefeitura Municipal; Sindicato Rural Patronal, APRUPAR.
27°	Capacitação de operadores de máquinas	6 operadores de máquinas capacitados	-Cursos de capacitação	Prefeitura Municipal; CATI.

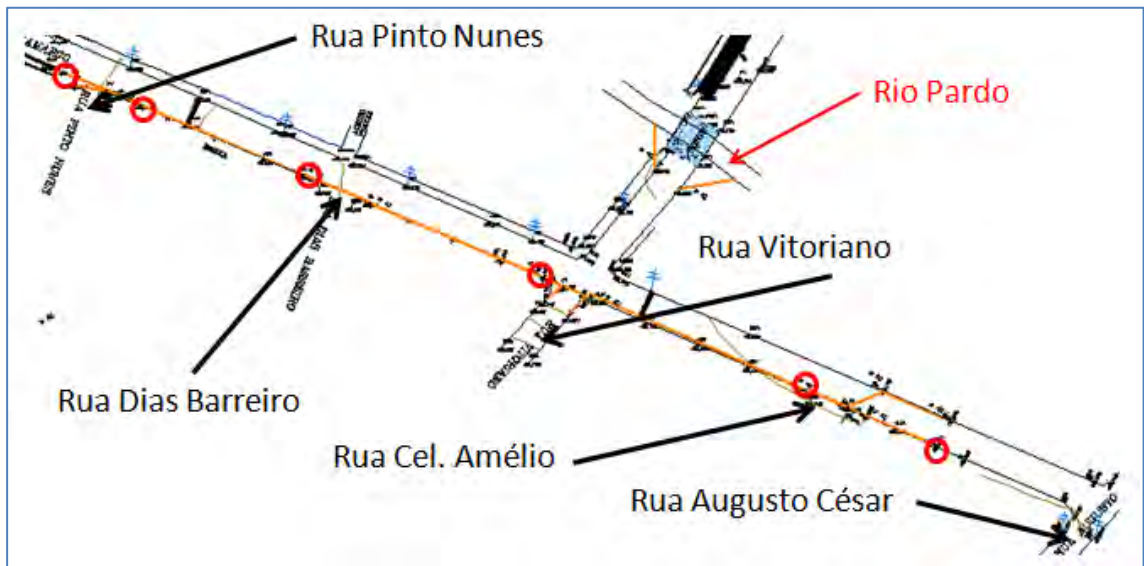
Fonte: PMDRS

As diretrizes apresentadas na tabela do PMDRS, mesmo que de período anterior, permite vislumbrar as ações previstas em especial no que se refere ao apoio ao pequeno produtor, indispensável ao desenvolvimento da economia rural, ao lado do turismo. A melhoria das vias de escoamento da produção rural e da conservação ambiental na exploração econômica do território transparecem como essenciais ao desenvolvimento local.

10. Plano de Saneamento (Drenagem)

O Plano de Saneamento, elaborado em 2017 através de convênio com a Secretaria de Estado de Recursos Hídricos, traz uma descrição dos sistemas relativos aos serviços objeto dos planos específicos de saneamento do município: “O município de Pardinho está inserido na Sub-Bacia do Médio Parapanema. O sistema de drenagem natural do município é composto, principalmente, pelo Rio Pardo e pelo Córrego Vivan. O sistema de microdrenagem urbana capta as águas escoadas superficialmente e as encaminha até o sistema de macrodrenagem através das seguintes estruturas: meio-fio ou guia, sarjetas, bocas-de-lobo, poços de visita, galerias de água pluvial, tubos de ligação, condutos forçado e estações de bombeamento (quando necessário). O município dispõe de estruturas de microdrenagem na área urbana. Porém, o levantamento em planta da rede de drenagem e demais informações técnicas relativas às estruturas, tais como galerias, bocas-de-lobo, poços de visita, não está cadastrado ou disponível para consulta. Também não há informação sobre a manutenção e limpeza periódica do sistema de microdrenagem. O município de Pardinho, na sua região central, é cortado pelo Rio Pardo. Dessa forma, grande parte da drenagem superficial da cidade se encaminha para o rio. O estudo indicou alguns pontos de alagamento na Rua Euzébio da Rocha Camargo, na principal rua da cidade, paralela à margem do Rio Pardo, onde está locada a única rede de galerias existente em Pardinho na margem leste do rio. Esta rede é responsável pela drenagem das águas pluviais do centro da cidade. O trecho de galeria na Rua Euzébio da Rocha Camargo se inicia na Rua Pinto Nunes e segue até alguns metros da confluência com a Rua Cel. Amélio.

Figura 10 - Localização da Galeria da Rua Euzébio da Rocha Camargo



Fonte: PMS

Os principais pontos de alagamento na Rua Euzébio da Rocha Camargo se encontram nos cruzamentos com a Rua Vitoriano e no encontro com a Rua Augusto César, em decorrência da grande contribuição de drenagem superficial.

Figura 11 - Rua Vitoriano (margem leste do Rio Pardo)



Fonte: PMS

Figura 12 - Rua Vitoriano (margem oeste do Rio Pardo)



Fonte: PMS

Figura 13 - Rua Augusto César (margem leste do Rio Pardo)



Fonte: PMS

Figura 14 - Rua Augusto César (margem oeste do Rio Pardo)



Fonte: PMS

Observou-se em visita que, além da quantidade de bocas de lobo e de leão parecem ser insuficientes e se apresentarem sem manutenção, as que se encontram na calçada à direita da rua foram mal projetadas, pois se encontram fora do curso das águas, sendo assim inócuas para sistema. Isso acontece, pois, a calçada à direita da rua está em cota mais elevada do que a calçada junto ao córrego, onde deveriam existir mais estruturas de captação de água.

Figura 15 - Galeria Rua Euzébio da Rocha Camargo I



Fonte: PMS

Figura 16 - Galeria Rua Euzébio da Rocha Camargo II



Fonte: PMS

Figura 17 - Lançamento da galeria no Rio Pardo

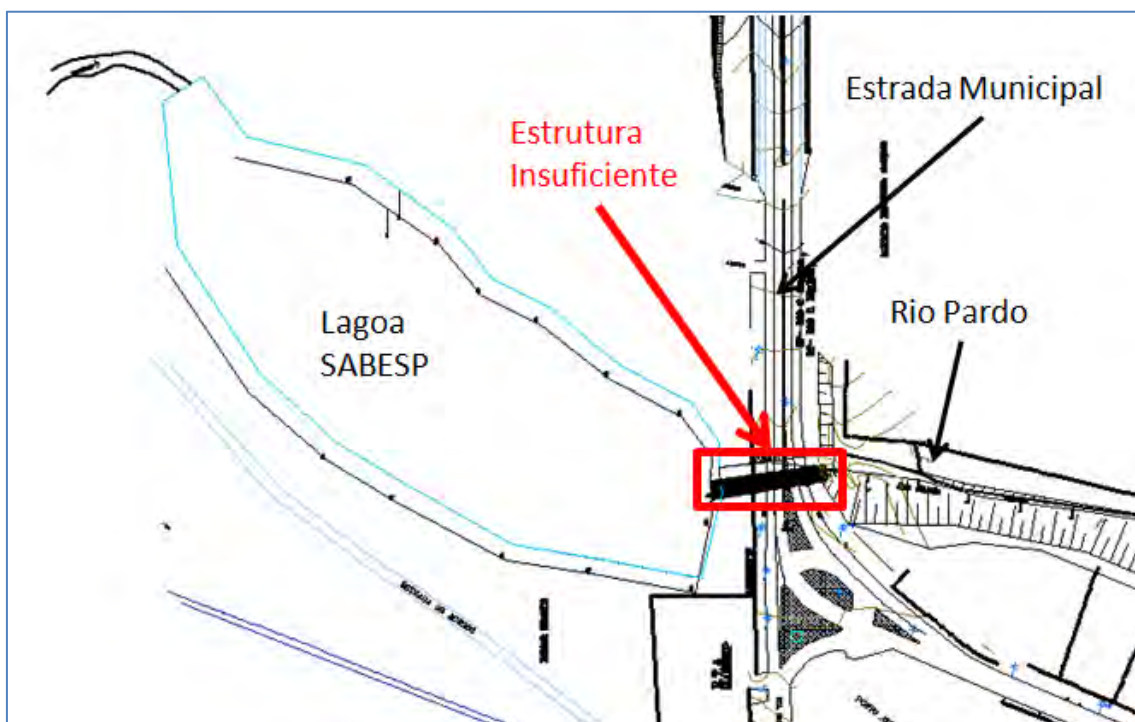


Fonte: PMS

A macrodrenagem de uma zona urbana corresponde à rede de drenagem natural, ou seja, constituída pelos córregos, riachos e rios que se localizam nos talwegues e vales. No caso do município de Pardinho o principal curso d'água identificado é o Rio Pardo. As águas de chuva, ao alcançar um curso d'água, causam o aumento da vazão por certo período de tempo. Este acréscimo na descarga da água tem o nome de cheia ou enchente.

Quando essas vazões atingem tal magnitude a ponto de superar a capacidade de descarga da calha fluvial e extravasar para áreas marginais, habitualmente não ocupadas pelas águas, caracteriza-se uma inundação. O estudo apresentou dois pontos de inundação no município de Pardinho. O primeiro se encontra na entrada da cidade, ainda na Estrada Municipal. Essa inundação é decorrente do extravasamento da lagoa existente próxima à estrada, onde é realizada a captação da água para o município. A inundação ocorre, pois, quando há grande quantidade de chuva, a estrutura responsável por extravasar a água da lagoa pra o trecho do Rio Pardo que corta a cidade, é insuficiente.

Figura 18 - Localização da Lagoa da SABESP



Fonte: PMS

Figura 19 - Trecho da Estrada Municipal onde Ocorrem Inundações



Fonte: PMS

O outro ponto levantado pelo estudo foi o ponto onde o Rio Pardo se encontra com o Córrego Vivan. Nessa localidade, em decorrência da grande quantidade de água veiculada pelo Rio Pardo, responsável por receber quase que integralmente toda a drenagem da sede urbana do município de Pardinho, há uma inundação significativa que acaba atingindo, principalmente, a Rua Antonio Benedito Orsi”.

Figura 20 - Encontro do Rio Pardo com o Córrego Vivan



Fonte: PMS

Ainda segundo o Plano de Saneamento, ao analisar as manchas urbanas do município, “exceção feita à sede municipal, as demais áreas consideradas urbanas pelo Censo Demográfico de 2010 do IBGE apresentam densidades extremamente baixas que inviabilizam a dotação de serviços coletivos de saneamento. Destaca-se o caso dos setores censitários nº 010 e nº 012 ocupados apenas por domicílios coletivos que, juntamente com o setor censitário nº 009, apresentam número inexpressivo de população. Cabe ressaltar também a alta participação de domicílios de uso ocasional nos setores censitários nº 008, 011 e 013. Tanto estes setores urbanos, quanto outros loteamentos referentes a condomínios dispersos de chácaras não incluídos na categoria urbana pelo IBGE, caso existam, não fazem parte do escopo do presente Plano, devendo ter sistemas de saneamento próprios”.

11. Projeto de Sinalização de Trânsito

Embora não tenha sido elaborado um Plano Municipal de Mobilidade Urbana, o município dispõe de um projeto de sinalização de trânsito elaborado pelo arquiteto Valério Augusto Barnabé em 2014, que a Prefeitura vem paulatinamente implantando, pois a sinalização é insuficiente em toda a zona urbana, não existe ainda uma hierarquização clara das vias e alguns pontos, em especial diante de uma grande empresa de laticínios na região central (cruzamento das ruas Augusto César com Euzébio da Rocha Camargo), o conflito viário se estabelece para veículos e pedestres em determinados horários de manobras de veículos de carga pesados. O projeto prevê um conjunto de obras nos seguintes locais:

- Rua Sgtº. José Egídio do Amaral, cruzamento com a Rua Jandira da Rocha Correia – Organização de tráfego e Segurança;
- Rua Francisco Ebúrneo, cruzamento com a Rua Pinto Nunes e Rua Tem. Trindade – Organização de tráfego;
- Rua Euzébio da Rocha Camargo, cruzamento com a Rua Vitoriano, até a 200 metros da Vicinal Pedro Bosco – Projeto de Segurança;
- Rua Euzébio da Rocha Camargo, cruzamento com a Rua José Rodrigues Mota e Vicinal Pedro Bosco – Organização de tráfego;
- Rua Jurumil Sartori, cruzamento com a Rua Cloves de Souza até o entroncamento com a Rua Vitoriano – Projeto de Segurança e Organização de Tráfego;
- Rua Vicente Corulli, cruzamento com a Rua Francisco Keller – Projeto de Organização de Tráfego;
- Rua Vitoriano, cruzamento com a Rua Batista Caldardo até a Rua Euzébio da Rocha Camargo – Projeto de Segurança;
- Rua João M. Luchio, cruzamento com a Rua Cloves de Souza, Rua R. E. B. Orsi e Rua Brasília Roder – Projeto de Segurança;
- Área Central – Projeto de Mão de Direção;
- Praça Ademir Rocha, cruzamento com a Rua Liberato Pinto da Silva até o cruzamento com a Rua Euzébio da Rocha Camargo – Projeto de Segurança e Organização de Tráfego.

O descumprimento das normas previstas pela Lei Federal nº 9. 503/1998, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, fere a diretriz fundamental de que o "trânsito seguro é um direito de todos e um dever dos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito", motivo pelo qual é um dos aspectos mais relevantes a se tratar em relação à mobilidade urbana e que requer uma rápida adaptação do município ao Código de Trânsito Brasileiro (CTB), que ressalta em seu artigo 24 a obrigatoriedade da gestão municipal do trânsito. Dentre as competências do órgão executivo de trânsito municipal estão incluídos o planejamento, a operação e a fiscalização do trânsito. O processo de municipalização do trânsito requer alguns requisitos e uma infraestrutura mínima por parte do município, que inclui a estrutura para fiscalização, engenharia e educação no trânsito, irrisória quando comparado com os serviços e melhorias de mobilidade urbana que passam a existir.

Outro aspecto relevante é referente aos demais usuários das diferentes modalidades de mobilidade não motorizadas. As calçadas não obedecem à padronização de largura, tipo de pisos e inclinações, além da existência de grande número de obstáculos para caminhar livremente, como degraus e usos privados comerciais ou residenciais da faixa que deveria ficar livre, o que gera inúmeras dificuldades para as pessoas circularem, até mesmo na região central, onde estão as principais atividades comerciais e de serviços.

O fato da cidade estar inserida em região que inclui fundos de vale e morrotes, com traçado peculiar a cada novo loteamento sem que houvesse uma articulação adequada em termos de acessibilidade e mobilidade nas sucessivas pulsões de expansão urbana e a presença do rio Pardo e seus afluentes que cortam a zona urbana divisando com lotes ocupados sem observar as distâncias mínimas requeridas pela legislação federal que trata das APPs, também são obstáculos à uma ocupação mais racional do território local, dificultando o deslocamento e a acessibilidade a vários bairros e a qualidade de vida de seus moradores.

A mancha urbana atual se estende de forma longilínea, encaixado diametralmente ao longo do vale do rio Pardo, que levaram a cidade a assumir um formato próximo ao retangular que atinge aproximadamente 2,1 quilômetros de comprimento por 1 quilômetros de largura (2.100.000 m² de área), sem a presença de um eixo de ligação viária longitudinal principal, embora os trajetos urbanos ainda sejam pequenos pela dimensão da zona urbana atual. Como não existe um serviço de transporte urbano, a ligação dentro da cidade e da sede com os

loteamentos distantes se dá apenas por veículos particulares, a pé ou outras modalidades individuais.

A inexistência de qualquer plano regulador para planejar, organizar e fiscalizar a ocupação do solo do município impediu que fosse instituído um zoneamento específico para as diversas regiões da cidade, delimitando claramente o perímetro onde se daria a ocupação urbana e sua expansão, as regras urbanísticas para ocupação territorial e um conjunto de investimentos públicos em cada uma das zonas de planejamento definidas pelo Plano Diretor.

Será preciso, a partir do PD, priorizar as ações de controle do sistema viário, em especial do trânsito e dos impactos de empreendimentos de maior porte, inclusive de ocupações irregulares e em áreas de preservação, mas isto somente será possível com a aplicação de instrumentos jurídicos e urbanísticos previstos pelo Estatuto da Cidade após a aprovação do Plano Diretor e sua formalização como instrumento legal, para que efetivamente se ordene a ocupação territorial, o que acarretará a necessidade de ampliar a fiscalização e a elaboração de ações e projetos específicos de regularização de parcelamento, uso e ocupação do solo urbano que demandam a formação de equipe técnica especializada permanente e continuidade administrativa no cumprimento das diretrizes do PD.

O sistema de planejamento e da gestão democrática e participativa da cidade, por falta de legislação municipal, deve superar sua insuficiência para utilizar instrumentos como o Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV para o licenciamento de uso e ocupação do solo. Aspecto positivo é que o município, como apresentado, já dispõe de um conjunto de planos municipais setoriais importantes para o desenvolvimento sustentável ao município, como de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, Saneamento, Drenagem e Turismo. A questão do tratamento de esgotos na área urbana teve desdobramentos positivos, com a instalação do sistema de coleta e da Estação de Tratamento de Esgotos – ETE pela SABESP (estima-se que em torno de 95% das edificações urbanas estejam interligadas ao sistema de tratamento), embora nos loteamentos distantes da sede não atendidos pela SABESP, sejam utilizadas fossas sépticas.

Os resíduos sólidos urbanos coletados pela prefeitura de Pardinho estão sendo transportados e encaminhados ao aterro sanitário licenciado do município vizinho de Botucatu, com o qual foi realizado um convênio de cooperação visando dispor o lixo de Pardinho em local adequado e cooperar com a manutenção do aterro, da ordem de até 290 toneladas/mês, embora a previsão seja de apenas 120 toneladas/mês, dando solução ao problema do tratamento e disposição final dos resíduos. Dentre os compromissos firmados no convênio, está a obrigação de Pardinho implantar a coleta seletiva de resíduos sólidos para reduzir o volume produzido. Para isso, foi implantado um espaço para transbordo. Os detalhes operacionais estão descritos no Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

12. Diagnóstico Físico Territorial

12.1. Saneamento Básico e Ambiental

12.1.1. Sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário

O sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário de Pardinho é o conjunto das unidades de captação, adução, tratamento, reserva e distribuição de água, e de coleta, transporte, elevação e tratamento dos esgotos do município. A prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotos sanitários é de responsabilidade do município com sua gestão associada ao Governo do Estado de São Paulo através da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, cuja concessão para exploração dos serviços de água e esgotos sanitários foi autorizada pela Lei Municipal nº 1.120 de 08 de dezembro de 2.011. O exercício da ação da concessionária se dá em todo o território municipal (urbano e rural). O Contrato entre a Prefeitura e a SABESP foi celebrado pelo prazo de 30 (trinta) anos, comprometendo-se ambos a atuar integrada e harmônica quando da implantação de novos empreendimentos no município, como novos loteamentos e indústrias.

Tabela 46 - Número atual de ligações de água, por tipo

Residenciais	Comerciais	Industriais	Poder Público	Total
2.027	125	3	38	2.193

Fonte: SABESP CAD Jun 2019

Tabela 47 - Número atual de ligações de esgoto, por tipo

Residenciais	Comerciais	Industriais	Poder Público	Total
1.694	112	2	32	1.840

Fonte: SABESP CAD Jun 2019

O Sistema de Abastecimento de Água de Pardinho - SAA é abastecido por um manancial superficial, no rio Pardo, pertencente à Bacia do Paranapanema. A produção média é de 936 m³/dia.

O SAA de Pardinho possui uma Estação de Tratamento de Água – ETA Convencional. A ETA de Pardinho opera atualmente com vazão de 13 l/s com produção média de 936 m³/dia e tempo de operação médio de 20h / dia. É composta por dois módulos de ETA Convencional, cujo processo envolve as operações de mistura rápida (por injetor na tubulação de entrada), floco-decantação (unidade conjunta de floculação, sedimentação e decantação), filtração rápida descende (com filtros de dupla camada), desinfecção e fluoretação.

O SAA de Pardinho conta com 7 reservatórios.

Tabela 48 - Reservatórios do Sistema

Reservatório	Tipo	Material	Forma	Volume (m ³)	Função
R Centro	apoiado	fibra	cilíndrico	50 m ³	res / abastecimento.
R Centro	apoiado	alvenaria	cilíndrico	50 m ³	res / abastecimento
R Centro	apoiado	alvenaria	cilíndrico	200 m ³	res / abastecimento
R Altos Pardinho	elevado	metálico	taça	125 m ³	res / abastecimento
R Altos Pardinho	elevado	metálico	taça	50 m ³	res / abastecimento
R CDHU	apoiado	alvenaria	cilíndrico	150 m ³	res / abastecimento
R CDHU	elevado	metálico	taça	150 m ³	res / abastecimento

Fonte: SABESP, 2019

Os reservatórios não estão localizados no pátio da SABESP. Há previsão para ampliação no sistema de captação, recalque e reservação. Não há despejos de esgoto domésticos nas proximidades da captação. Os reservatórios estão situados nos seguintes locais: a) Reservatório Centro (50 + 50m³); b) Rua José Rodrigues da Motta s/nº; Res. Centro (200m³); c) Rua Campos Salles s/nº; Res. Altos Pardinho (125 + 50m³); d) Rua Luís Carlos da Rocha s/nº; e) Res. CDHU (150 + 150m³); f) Rua Benedito Saldanha s/nº.

O sistema de tratamento de esgoto é anaeróbio, composto por rede coletora, emissários, elevatórias e reator anaeróbio de lodo fluidizado, com eficiência 93 %.



Figura 21 – Estação de tratamento de esgoto



Figura 22 – Estação de tratamento de esgoto



Figura 23 – Estação de tratamento de água



Figura 24 – Estação de tratamento de água



Figura 25 – Loteamento Serra Italiana



Figura 26 – Loteamento Serra Italiana



Figura 27 – Maristela



Figura 28 – Maristela

Pardinho pode sofrer o impacto da construção de um reservatório de águas no rio Pardo para abastecer o vizinho município de Botucatu. A SABESP já tem o projeto executivo, a licença prévia da CETESB, a agência ambiental do estado, e a outorga do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE). O cronograma elaborado prevê a licitação da obra para o próximo ano, com conclusão do empreendimento em 2022. O empreendimento não estava previsto no contrato da SABESP com o município, mas foi apresentado ao conselho de administração da companhia a possibilidade de um aditivo contratual visando a viabilização do recurso. A demanda está em análise. Quanto às desapropriações, a SABESP informou que as prefeituras de Pardinho e de Botucatu já emitiram o decreto de utilidade pública das áreas. Dos 280 hectares que serão utilizados para a construção da barragem, 30% pertencem a Pardinho, que editou os decretos nº 1873, 1911, 1912, 1913 e 1914 em 2018, tornando as áreas rurais necessárias ao empreendimento de utilidade pública para efeito de desapropriação. Caso o projeto se efetive, o reservatório pode se tornar um novo atrativo turístico e de lazer para o município.

12.1.2. Limpeza pública e manejo e resíduos sólidos

Segundo o Plano Municipal de Geração de Resíduos - PGRS, a cobertura dos serviços de coleta de resíduos domiciliares se estende a 100 % dos domicílios da zona urbana da sede municipal. Todo material coletado é enviado ao aterro licenciado de Botucatu. A coleta regular desse resíduo é executada pela Prefeitura, que inclui área de passagem do material coletado, que funciona como área de transbordo (informal) e transporte a Aterro Sanitário. A coleta é

realizada de porta a porta, os resíduos são acondicionados em sacos plásticos pelos moradores e contempla 100% dos domicílios do Município, sendo executada de segunda-feira a sábado. Em termos operacionais, a coleta urbana é realizada por meio de veículos coletores compactadores convencionais, automóvel utilitário e perua kombi. Na zona rural, é realizada através de caminhões compactadores, basculantes de médio e pequeno porte, próprios para vias de difícil acesso.

Tabela 49 - Logística da Coleta de Resíduos

DIADA SEMANA	TIPO DE LIXO / LOCAL DE COLETA	
SEG	COLETA DO LIXO ÚMIDO Em toda a cidade e Condomínio Ninho Verde	LIXO HOSPITALAR Em toda a cidade
TER	COLETA DE LIXO SECO Em toda a cidade, Postos de Combustível e Propriedades Rurais	COLETA DO LIXO ÚMIDO Postos de Combustível e Propriedades Rurais
QUA	COLETA DO LIXO ÚMIDO Em toda a cidade	COLETA DE LIXO SECO Condomínio Ninho Verde
QUI	COLETA DE LIXO SECO Em toda a cidade, Postos de Combustível e Propriedades Rurais	COLETA DO LIXO ÚMIDO Postos de Combustível e Propriedades Rurais
SEX	COLETA DO LIXO ÚMIDO Em toda a cidade e Condomínio Ninho Verde	

Fonte: PMGRS

Em relação à coleta seletiva, considerando os dados levantados no PMGRS, foi calculado que se arrecada aproximadamente 6,8 ton/mês de resíduo reciclável. A coleta do lixo domiciliar e comercial arrecada aproximadamente 115 ton/mês. A coleta de Resíduos de Construção Civil + Resíduo de Limpeza Urbana totalizam 20ton/mês. O resíduo de Serviços de Saúde arrecada 160Kg/mês. A soma de todos os resíduos gerados é de 141,96 ton/mês. Este valor dividido por 30 dias, resulta em aproximadamente 4,73 ton/dia. Esse valor dividido pela quantidade de habitantes, 5.582, nos dá o valor de geração habitante/dia (média) = 0,848kg/hab/dia, acima da média nacional.

Tabela 50 - Quantidade de Material Reciclável (Mensal)

QUANTIDADE DE MATERIAL RECICLÁVEL ARRECADADO PELA COLETA SELETIVA MENSALMENTE			
MATERIAL	QUANTIDADE MENSAL	VALOR MÉDIO DE UNIDADE	TOTAL ARRECADADO
		PORCENTAGEM	
PAPEL			
Papel \ papelão	10000	R\$ 0,25	R\$ 2.500,00
Longa vida	520	R\$ 0,20	R\$ 104,00
PLÁSTICO			
Pet	500	R\$ 1,80	R\$ 900,00
Sopro (PP)	1280	R\$ 0,90	R\$ 1.152,00
Plástico canela (branco)	560	R\$ 1,20	R\$ 672,00
Ps (cópinho, etc)	100	R\$ 1,00	R\$ 100,00
METAL			
Alumínio	80	R\$ 4,20	R\$ 336,00
Perfil (alumínio grosso)	120	R\$ 3,00	R\$ 360,00
Ferro velho	10000	R\$ 0,08	R\$ 800,00
VIDRO			
Vidro	4000	R\$ 0,20	R\$ 800,00
REJBTOS			
Diversos	3000		R\$ 0,00
TOTAL GERAL (MES):	30160		R\$ 7.724,00

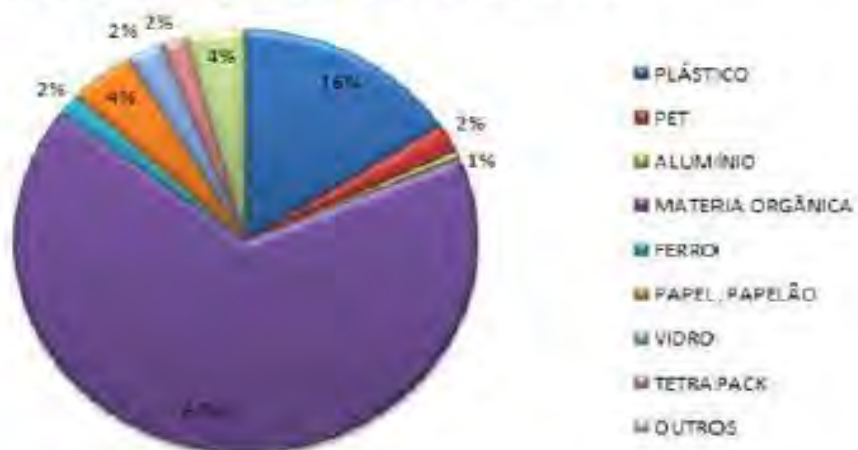
Fonte: PMGRS

A coleta seletiva é realizada pela associação de catadores, no momento anterior à coleta regular, todos os dias da semana, em 100% da área urbana do Município. É realizada com um motorista, funcionário da prefeitura e dois ajudantes da associação, com um caminhão tipo gaiola (cedido pela prefeitura) com capacidade aproximada de 5 toneladas. A triagem dos resíduos é realizada em um galpão de mais ou menos 100 m², anexo à Diretoria de Gestão da Prefeitura. Neste local, há uma prensa vertical e uma balança de 1.000 Kg para enfardar o material.

Tabela 51 - Gravimetria dos Resíduos Coletados

TIPO DE RESÍDUO	PROPORÇÃO (%)
PLÁSTICO	14,2
PET	2,3
ALUMÍNIO	0,6
MATERIA ORGÂNICA	67,9
FERRO	1,7
PAPEL, PAPELÃO	4,5
VIDRO	2,3
TETRAPACK	1,7
OUTROS	4,9
TOTAL	100

CARACTERIZAÇÃO GERAL DOS RESÍDUOS



Fonte: PMGRS

Tabela 52 - Tipologia dos Material Recicláveis Triados

PAPEL \ PAPELÃO	33,2
LONGA VIDA	1,7
PET	1,7
SOPRO (PP)	4,2
PLÁSTICO CANELA (BRANCO)	1,9
PS (CÓPINHO, ETC)	0,3
ALUMÍNIO	0,3
PERFIL (ALUMÍNIO GROSSO)	0,4
FERRO VELHO	33,2
VIDRO	13,3
INSERVIVEL	9,9
TOTAL TRIADO	100

Fonte: PMGRS

A realização da coleta e destinação dos Resíduos de Saúde - RSS fica a cargo da Prefeitura Municipal e para isso é usado um carro utilitário (saveiro) e/ou caminhão caçamba. Além das Unidades de Saúde, são coletados também os resíduos de alguns consultórios da cidade e os gerados na Fazenda Bela Vista e Bergafaz, que tem como atividade procedimentos de inseminação artificial em gado. O local e formas de tratamento para o RSS seguem as normas do CONAMA 358/2005, que dispõe sobre o tratamento e disposição final do RSS.

A prefeitura não exige Plano de Gerenciamento dos Resíduos da Construção Civil - RCC por parte dos geradores. Os Resíduos de Construção Civil de Pardinho são coletados e destinados pela prefeitura e é um serviço gratuito à população, porém descartes clandestinos acontecem esporadicamente. A quantidade de RCC e RLU (produtos de construções, reformas residenciais e comerciais, varrição de ruas, limpeza de praças, etc.), ambos coletados em caminhão tipo caçamba e destinados sem separação, correspondem a quantidade aproximada de 5 toneladas/semana. O RCC e o RLU são depositados em locais com problemas de voçorocas e erosões, normalmente em áreas rurais ou estradas, sendo assim utilizado pelo poder público. A Prefeitura conta para este serviço com 02 caminhões basculantes, 01 máquina pá carregadeira, 01 trator com carreta, 02 funcionários braçais, 02 motoristas e 01 operador de máquinas. O Município não conta com empresa de serviços de caçambas e a coleta é realizada conforme a demanda.

Quadro 2 - Síntese do Diagnóstico dos Resíduos Sólidos

TIPO DE RESÍDUO	DIAGNÓSTICO
Resíduos Domiciliares e Comerciais	O Município não possui coleta seletiva formalizada.
Resíduos de Limpeza Urbana	Não há logística adequada para este tipo de serviço.
Resíduos Cemiteriais	Não há programa de coleta específica no Município
Resíduos de Serviços de Saúde (RSS)	Não há legislação municipal sobre o assunto. Não há contrato para o tratamento e disposição final.
Resíduos da Construção Civil (RCC)	A prefeitura não realiza triagem dos RCC. Não há aproveitamento dos RCC. Não há ecopontos no Município.
Resíduos Industriais	O Município não exige o Plano de Gerenciamento.
Resíduos da Zona Rural	A Prefeitura recolhe informalmente.
Resíduos de Atividades Agrossilvopastoris	A Prefeitura solicita PGIRS.
Resíduos Pneumáticos	Não há formalização de parceria.
Resíduos de Serviços de Transporte	Adequar a coleta e separação deste resíduo.
Resíduos Perigosos/Eletrônicos	Campanha educativa para descarte adequado.
Resíduos de Serviços de Saneamento	100% tratado e destinado adequadamente.
Áreas Contaminadas	Em processo de repactuação com a agência ambiental.
Educação Ambiental	Reforço nas campanhas de educação ambiental com maior enfoque no resíduo sólido.
Análise Financeira da Gestão dos Resíduos	Custo incorporado no IPTU.

Fonte: PMGRS



Figura 29 – Coleta seletiva em área de transbordo



Figura 30 – CEDEPAR



Figura 31 – Coleta seletiva



Figura 32 – Coleta seletiva

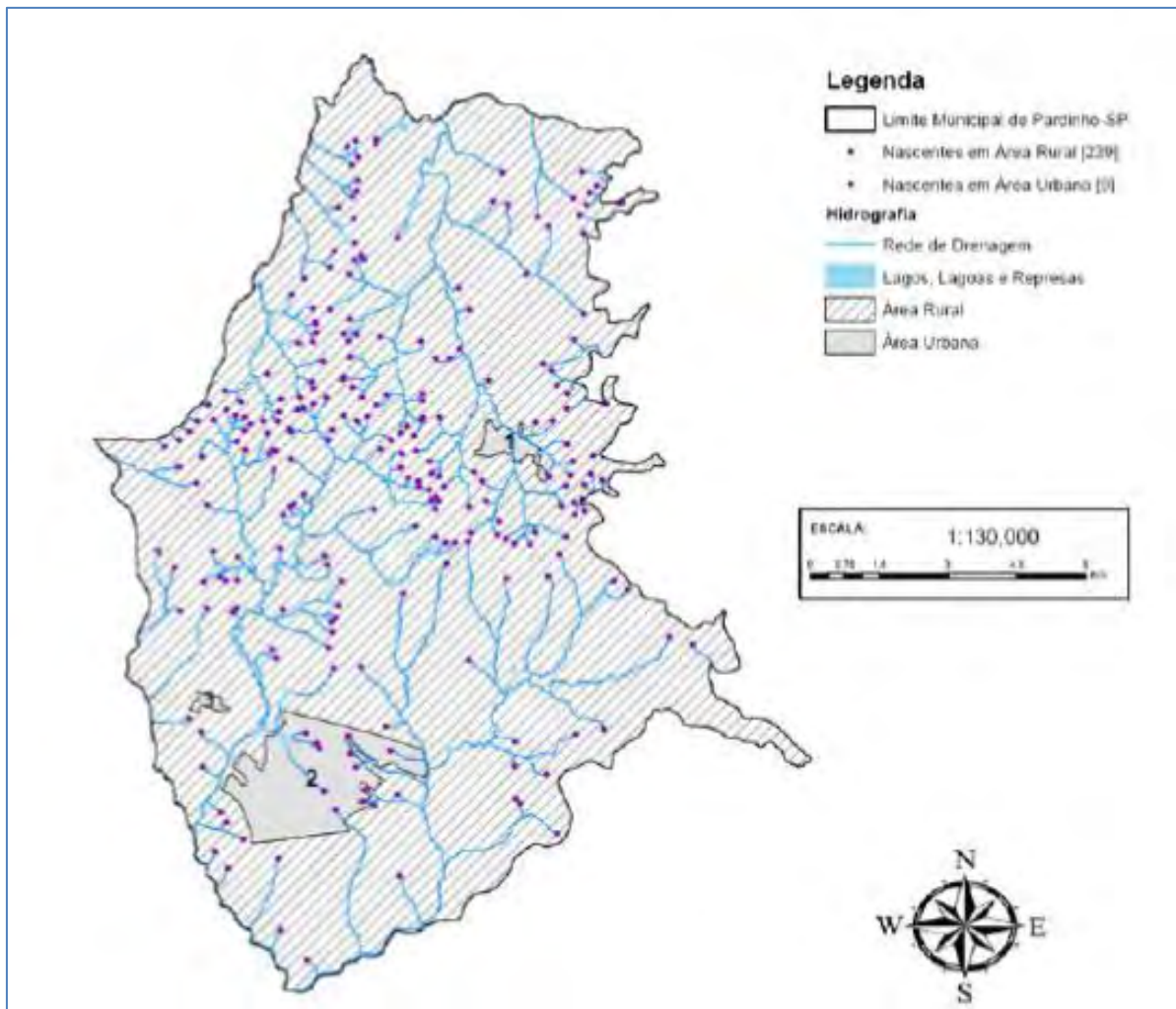
O município possui um cemitério na sede, localizado nos limites da cidade na região oeste no bairro Nova Pardinho, ocupando uma área de 85 x 125m. Possui atualmente 800 túmulos e espaço para aproximadamente mais 300 (dados de 2014, PMGRS). Não há um número constante de sepultamentos, podendo variar entre 2 a 15 por mês. A manutenção e a administração ficam a cargo de dois funcionários públicos municipais. Os sepultamentos normalmente são feitos em túmulos de alvenaria. As exumações são realizadas de acordo com as necessidades, respeitando o tempo mínimo de sepultamento de cinco anos. Todo resíduo gerado no processo de exumação, como pedaços de madeira, restos de vestimentas entre outros, são queimados pelos próprios funcionários em local aberto. Os restos mortais são armazenados em sacos plásticos e depositados nos próprios túmulos, onde permanecem por tempo indeterminado.

Os resíduos considerados “lixo seco” gerados pelos usuários do cemitério, como vasos de plástico e flores artificiais, são descartados em lixeiras comuns para coleta realizada pela prefeitura. O cemitério urbano está em razoável estado de conservação. A necessidade de futura expansão deve prover estudos para reservar áreas anexas que possam ser desapropriadas.

12.1.3. Drenagem

Quanto à drenagem, há pontos isolados de inundação, ocasionados pela insuficiente captação e lançamento adequado da drenagem superficial nas vias públicas. Vias pavimentadas que não dispõem de estruturas adequadas de drenagem ocasionarão gastos com sua recomposição em função da ação da água superficial sobre o pavimento, o que exige uma equipe técnica permanente com capacidade de analisar e fiscalizar os projetos implantados por empreendedores privados e pela própria prefeitura. Outro fator que inibe a melhoria do desempenho do setor é que não há um cadastro técnico atualizado das redes de galerias pluviais existentes. A existência de nove nascentes na área do perímetro urbano também é elemento a ser considerado nos planos de drenagem, para sua adequada manutenção e fornecimento de água. O tema foi detalhado no Plano de Saneamento, que consta no item 10 deste Relatório.

Mapa 17 - Nascentes de Água no Município de Pardinho



Fonte: PMGRS



Figura 33 – Córrego em zona urbana



Figura 34 – Córrego em zona urbana

12.2. Sistemas de Mobilidade

O transporte é um importante instrumento de direcionamento do desenvolvimento urbano das cidades. A mobilidade urbana bem planejada, com sistemas integrados e sustentáveis, garante o acesso dos cidadãos à cidade e proporciona qualidade de vida e desenvolvimento econômico. A Lei 12.587/12 definiu a Política Nacional de Mobilidade Urbana, em atendimento à determinação constitucional que a União institua as diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive transportes, além de tratar de questões da política urbana estabelecida pelo Estatuto da Cidade.

Na Lei, são definidos e classificados os modos e serviços de transporte, além de exemplificadas infraestruturas de mobilidade urbana que compõem o Sistema Nacional de Mobilidade Urbana. Estas infraestruturas devem sempre estar inter-relacionadas com um planejamento sistêmico para que produzam benefícios efetivos e proporcionais aos recursos empregados, pois apenas aumentar o investimento em infraestrutura não garante a melhoria da mobilidade urbana. Importante observar que os princípios, diretrizes e objetivos estabelecidos pela Lei devem orientar a elaboração de normas municipais, além de outros procedimentos para que os municípios implementem suas políticas e planejamentos em consonância com a União e com os Estados Federados e Distrito Federal.

As diretrizes da política de mobilidade urbana devem ser incluídas na elaboração da Lei do Plano Diretor do Município de Pardinho, com o compromisso de garantir o direito de ir e vir, o deslocamento e a circulação da população, bens e serviços em todo o território municipal, promovendo a integração entre as diversas localidades, também deve prever que o poder público oriente o crescimento e adensamento dos núcleos urbanos e urbanizáveis com a finalidade de facilitar o deslocamento e a circulação da população, bens e serviços entre as diversas áreas do território municipal. Além da inclusão da Política de Mobilidade Urbana no Plano Diretor faz-se necessária a elaboração de um Plano Municipal de Mobilidade, pois de acordo com a Lei Federal nº 12.587/12 em Municípios acima de 20.000 (vinte mil) habitantes e em todos os demais obrigados, na forma da lei, à elaboração do plano diretor, deverá ser elaborado o Plano de Mobilidade Urbana, integrado e compatível com os respectivos planos diretores ou neles inserido.

12.3. Sistema viário Urbano

O sistema viário urbano da sede está todo pavimentado em asfalto, mas os bairros Jardim Maristela, Ninho Verde II e Serra Italiana ainda não contam com esse melhoramento em sua totalidade. Participantes das reuniões comunitárias do bairro Serra Italiana rejeitam a ideia, por se tratar de chácaras utilizadas para recreio. Já o Ninho Verde II conta com apenas 30 km de pavimentação, ainda muito distante da integralidade do bairro. O Jardim Maristela ainda apresenta algumas vias sem pavimento, mas que em parte depende da regularização fundiária para ser atendido.

O trânsito de caminhões de carga pela área urbana é de pequena monta, concentrando-se mais na Rua Euzébio da Rocha Camargo, a principal via de acesso à cidade para quem vem da rodovia Castelo Branco e dos bairros rurais. A causa maior de transtorno e insegurança aos pedestres, inclusive na região central, é a insuficiência de sinalização e fiscalização. A rede de estradas vicinais abertas principalmente para o escoamento dos produtos relacionados à produção agrícola e sua manutenção adequada é um dos principais desafios da administração local, pela sua grande extensão.

Quanto às vias intraurbanas, há necessidade de manter em bom estado a pavimentação existente, já que 100 % das ruas possuem pavimentação e a construção de calçadas, reduzindo o risco de acidentes, pois sua ausência obriga os pedestres a circular pelo leito carroçável e dificulta a mobilidade urbana. Não há nenhuma estrutura específica para o trânsito de bicicletas na zona urbana, embora haja demanda e as condições da topografia local tornem possível sua utilização como meio de locomoção complementar, o que permite admitir a possibilidade de desenvolver um plano cicloviário, com ciclovias e ciclofaixas na zona urbana para atender este modal de mobilidade com segurança e conforto, além de aproveitar o potencial paisagístico da região que margeia o rio Pardo e para o turismo na zona rural.

Quadro 3- Classificação das Vias Urbanas Conforme Código de Trânsito Brasileiro

Classificação	Características	Velocidade	Compatibilidade com Pardinho
Vias Urbanas Trânsito Rápido	Caracterizada por acessos especiais com trânsito livre, sem interseções em nível, sem acessibilidade direta aos lotes lindeiros e sem travessia de pedestres em nível.	80 km/h	Não é o caso de Pardinho, pelo fato de serem caracterizadas sem interseções e sem travessia de pedestre em nível
Arterial	Caracterizada por interseções em	60 km/h	Exceto pelo fato de serem

	nível, geralmente controladas por semáforo, com acessibilidade aos lotes lindeiros e às vias secundárias e locais, possibilitando o trânsito entre as regiões da cidade		controladas geralmente por semáforos (o que poderá ocorrer), poderiam ser adotadas para classificação das vias urbanas de Pardinho
Coletora	Destinada a coletar e distribuir o trânsito que tenha necessidade de entrar ou sair das vias de trânsito rápido ou arteriais, possibilitando o trânsito dentro das regiões da cidade	40 km/h	Podem ser adotadas para classificação das vias urbanas de Pardinho
Local	Caracterizada por interseções em nível não semaforizadas, destinadas apenas ao acesso local ou a áreas restritas	30 km/h	Podem ser adotadas para classificação das vias urbanas de Pardinho

Fonte. CTB



Figura 35 – Entrada da cidade



Figura 36 – Faixa elevada no Parque Linear



Figura 37 – Garagem da prefeitura



Figura 38 – Ruas e calçadas

Tabela 53 - Extensão e percentual de cobertura de pavimentação de Pardinho – 2019

Vias Urbanas		Dimensão (km)	Porcentagem
		2019	2019
Vias com pavimentação	Sede	19	100%
	Jardim Maristela	0,5	10%
	Ninho Verde II	30	15%
Vias sem pavimentação	Ninho Verde II	170	85%
	Serra Italiana	8,5	100%
	Jardim Maristela	4,5	90%

Fonte: Interação Urbana, 2019

A Coordenadoria de Serviços é responsável pela manutenção de 290 Km de estradas rurais e municipal. Conta com uma frota de 2 motoniveladoras, 1 retroescavadeira, 3 caminhões basculantes e 3 pás carregadeiras. A equipe para realizar os serviços é 3 operadores de máquina e 3 motoristas. Atualmente a prefeitura mantém uma parceria com a CODASP para manutenção de 40 km de estradas rurais. O setor sofre com a interrupção de serviços devido o surgimento de outros serviços considerados prioritários. Sessenta por cento dos serviços são para atender demandas em áreas particulares, mediante solicitação e pagamento de taxa de serviço.

12.4. Calçadas e Passeios

As calçadas existentes ao longo do sistema viário, em sua maioria, inclusive nas regiões de maior movimentação de pedestres como na região do comércio central, não obedecem às normas de acessibilidade, segurança e conforto, além da existência de obstáculos como desníveis ou elementos que impedem ou dificultam o tráfego das pessoas a pé, em boa parte induzindo os pedestres a trafegarem pela pista de rolamento das vias, colocando-os em risco. A Prefeitura não possui ainda o plano de rotas acessíveis, exigido pela lei federal nº 13146/2015, com vistas a garantir acessibilidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida a todas as rotas e vias existentes, inclusive as que concentrem os focos geradores de maior circulação de pedestres, como os órgãos públicos e os locais de prestação de serviços públicos e privados de saúde, educação, assistência social, esporte, cultura, correios e telégrafos, bancos, entre outros.

12.5. Transporte rodoviário intermunicipal e interestadual

Pardinho conta com terminal rodoviário em boas condições de estrutura para suportar o fluxo de linhas de ônibus intermunicipais.

Quanto ao transporte intermunicipal, Pardinho conta com linha de ônibus de fluxo diário que conectam os habitantes a municípios dentro do Estado, principalmente Botucatu, Bofete, Itatinga e São Paulo, em média de quatro horários diários. Há um serviço de transporte por van a Botucatu, com cinco horários diário.

12.6. Transporte público municipal

Não há transporte público municipal. Existe o transporte por táxi, o município possui o cadastro de nove taxistas, o último cadastro foi realizado em 2016. Como não existe regulamentação legal, o cadastro existente refere-se à transferência do cadastro antigo, necessitando ser regulamentado por lei.

12.7. Frota veicular

Quanto à evolução da quantidade e tipologia de veículos, no município de Pardinho, destacam-se a pequena quantidade de motocicletas e similares que, juntas, somam pouco mais de 400 veículos para um total de quase 4 mil veículos em janeiro de 2019. Já os automóveis são 2 mil veículos quantidade ainda bastante superior ao número de motos, sem que haja uma significativa redução entre ambos nos últimos anos.

Tabela 54 - Evolução da Frota de veículos de Pardinho entre 2015-2019

Anos	Total	Automóvel	Caminhão	Caminhão Trator	Caminhoneiro	Camioneta	Ciclo-Motor	Micro-Ônibus	Motocicleta	Motoneiro	Ônibus	Reboque	Semi-Reboque	Triciclo	Utilitário	
2015																
	Jan	3396	1770	156	138	351	118	1	25	364	57	32	55	315	0	14
	Dez	3518	1844	155	136	368	129	1	26	374	61	33	59	316	0	16
2016																
	Jan	3537	1863	156	135	371	129	1	26	373	61	32	60	314	0	16
	Dez	3687	1940	156	131	395	132	1	28	386	57	33	66	347	0	15
2017																
	Jan	3701	1941	158	131	399	136	1	27	388	57	33	66	349	0	15
	Dez	3856	1996	170	131	446	146	1	34	403	54	33	70	349	5	18
2018																
	Jan	3868	2003	173	132	447	147	1	35	401	54	33	69	349	5	19
	Dezembro	3885	2096	175	94	451	159	1	37	421	56	32	68	273	1	21
2019																
	Janeiro	3888	2111	176	94	454	158	1	38	427	55	32	68	252	1	21

Fonte: Denatran/junho 2019.

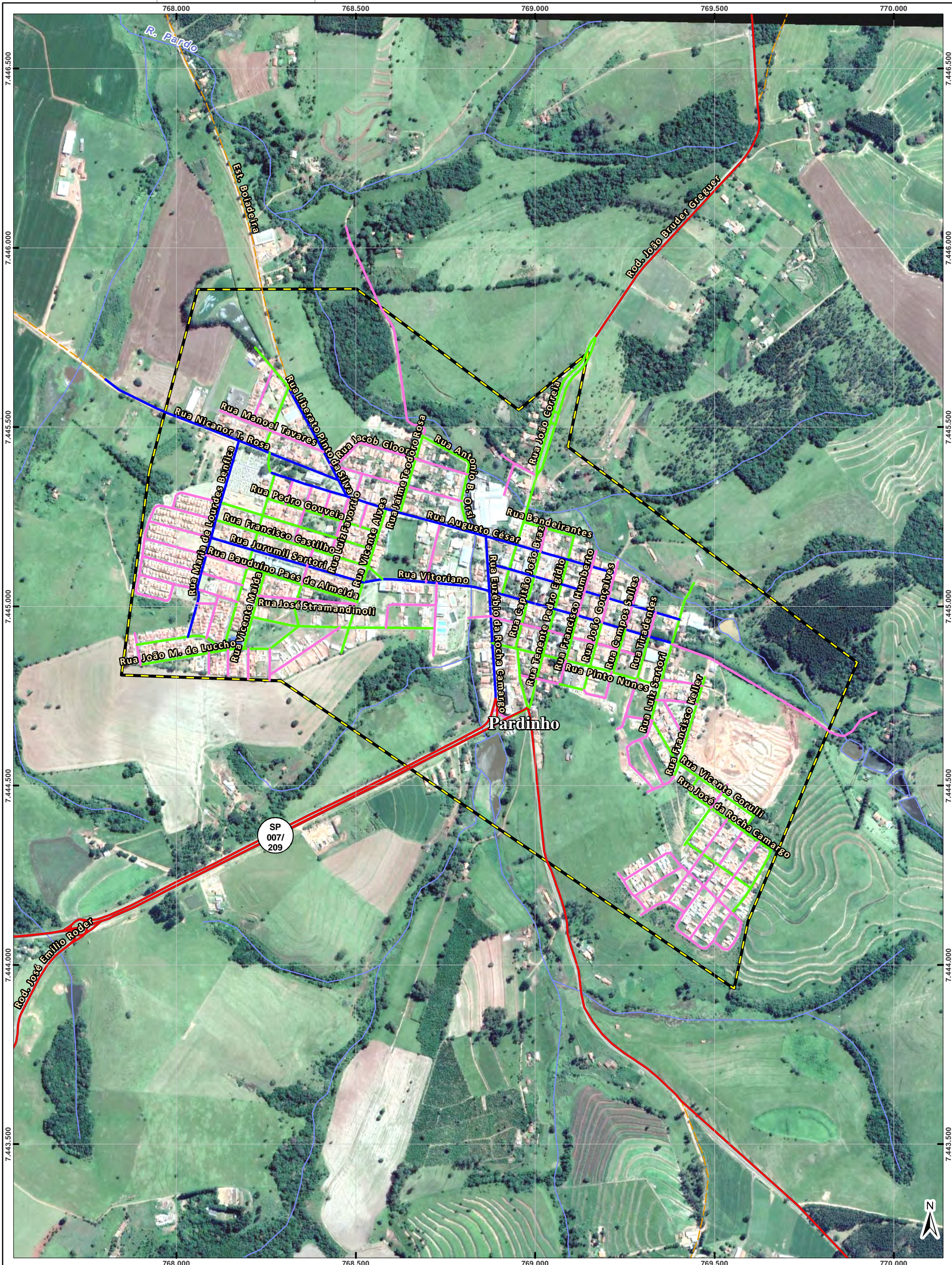
12.8. Transporte aéreo

Pardinho não possui aeroporto regulado ou homologado.





12.9. Trânsito

Não há um organismo responsável pelo trânsito local com competência para desempenhar as funções de órgão executivo de trânsito e estabelecer as diretrizes da política municipal de trânsito, de acordo com o Código Nacional de Trânsito. A Prefeitura não possui condições legais para fiscalização de trânsito no município (não está integrado ainda ao Sistema Nacional de Trânsito, como determina a legislação para municipalizar o serviço), induzindo o desrespeito às normas de trânsito. Como não há hierarquia viária definida, o trânsito desregulamentado torna-se fonte de riscos para usuários e pedestres. Para o município se integrar ao Sistema Nacional de Trânsito, exercendo plenamente sua competência, precisa ser constituído de fato um órgão municipal executivo de trânsito com estrutura para desenvolver atividades de engenharia de tráfego, fiscalização de trânsito, educação de trânsito e controle e análise de estatística.

Mapa 18 - Hierarquia viária



Convenções cartográficas

-  Via pavimentada
-  Via não pavimentada
-  Curso d'água
-  Perímetro Urbano (Lei 1220/2015 - Pref. de Pardinho)

Hierarquia viária

-  Via Arterial
-  Via Coletora
-  Via Local

Fonte: IBGE, DNIT, Open Street Map, Google, Pref. de Pardinho



1:10.000
 0 125 250 500 m
 Sistema de Coordenadas: SIRGAS 2000 UTM Zone 22S
 Projeção: Transverse Mercator
 Datum: SIRGAS 2000

Prefeitura Municipal de Pardinho
 Plano Diretor

HIERARQUIA VIÁRIA

INTERAÇÃO URBANA agosto/2019

12.10. Habitação

Para atender às exigências de integração ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), o município aderiu ao SNHIS e criou o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social através da Lei Municipal nº 1.094 de 24 de junho de 2010, mas até agora não elaborou um Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS, que de forma simplificada, traria objetivos mais claros ao setor, compatibilizando e integrando a política habitacional do município com os governos federal e estadual, democratizando o acesso à moradia como um direito e vetor de inclusão social. Talvez isso não tenha ocorrido porque a ação sucessiva dos governos municipais ao longo do tempo na produção de habitações de interesse social tenha se dado de forma direta, verificando-se que praticamente metade dos 1.917 imóveis cadastrados na Prefeitura para efeito de lançamento do IPTU decorrem de empreendimentos habitacionais realizados pelo poder público, como mostra a Tabela seguinte.

Tabela 55 - Histórico da Produção de Habitação Social Urbana em Pardinho

Conjuntos Habitacionais			
Ano	Empreendimento	Responsável	Número de Unidades
Anos 1980	COHAB	COHAB-Bauru	51
Anos 1990	Loteamento Municipal	Prefeitura Municipal	144 (lotes urbanizados)
1992	CDHU - 1	CDHU	100
1995	CDHU - 2	CDHU	105
1999	CDHU - 3	CDHU	134
2016	Conjunto Habitacional Jaime da Rocha Machado	CDHU	160
2019	CDHU - 4	CDHU	153 (em andamento)
Total de Unidades			847

Fonte: Cadastro Físico Municipal

Tabela 56 - Imóveis Urbanos Cadastrados para Efeito de Lançamento do IPTU em 2019

Zona Cadastral	Edificações	Lotes Vagos
00	002	01
01	310	59
02	309	822
03	324	11.090
04	340	478
05	014	173
06	576	07
07	042	02
Total	1.917	12.632

Fonte: Cadastro Físico da Prefeitura de Pardinho

Importante ressaltar que o elevado número de lotes vagos presentes no cadastro imobiliário da Prefeitura refere-se basicamente ao loteamento Ninho Verde II, cuja ocupação somente acelerou nos últimos anos, a notar pela quantidade de alvarás de construção liberados pela Prefeitura e pela quantidade de obras em construção atualmente (mais de 150 novas moradias, tornando-se fator relevante na geração de empregos e renda para o setor da construção civil no município).

Tabela 57 - Informe da Quantidade de alvarás liberados e áreas construída no Ninho Verde II

ALVARÁS	
ITENS:	Quant.
TOTAL DE ALVARAS	881
ÁREA CONSTRUÍDA TOTAL	228.442,92
ÁREA SUBSOLO TOTAL	2.087,71
ÁREA IMPERMEÁVEL TOTAL	333.558,64
MÉDIA DE LOTES POR ALVARÁ	1,52
MÉDIA DE ÁREA CONSTRUÍDA	185,42
MÉDIA DE ÁREA IMPERMEÁVEL	270,75
MÉDIA DE ÁREA SUB-SOLO	1,69

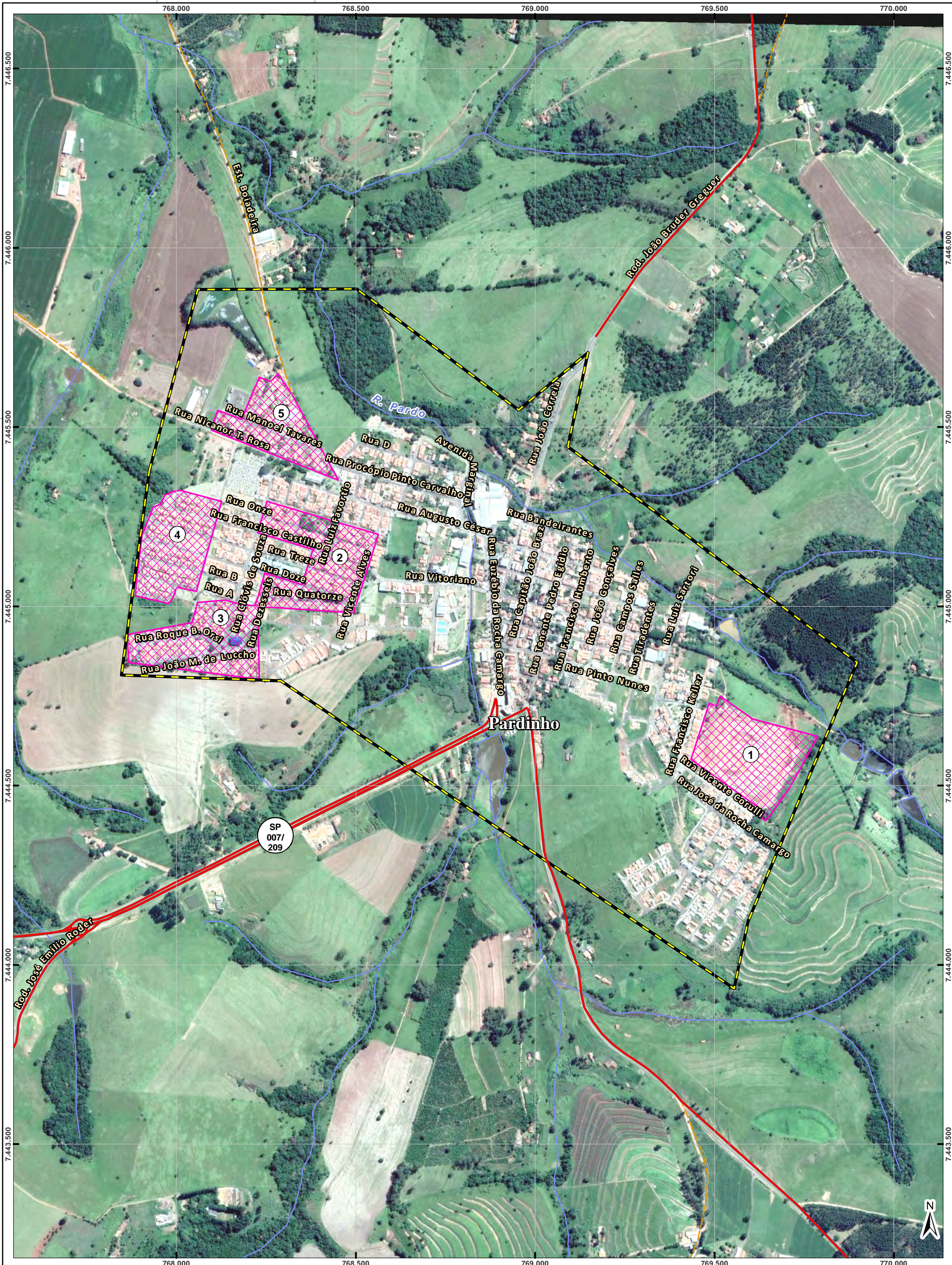
Fonte: Momentum, maio/2019

Tabela 58 - Informe da Quantidade de obras particulares no Ninho Verde II





OBRAS		
ITENS:	Quant.	%
A INICIAR	82	9,31
NÃO INICIADA	42	4,77
EM ANDAMENTO	152	17,25
PARALISADA	111	12,60
CONCLUÍDA	494	56,07
OBRAS IRREGULARES	296	33,60
OBRAS ABANDONADAS	15	1,70
CASAS COM RESIDENTES	134	15,21


Fonte: Momentum, maio/2019

Mapa 19 – Conjuntos habitacionais e áreas de regularização fundiária



Convenções cartográficas

-  Via pavimentada
-  Via não pavimentada
-  Curso d'água
-  Perímetro Urbano (Lei 1220/2015 - Pref. de Pardinho)

-  Conjuntos habitacionais
- 1 - CDHU Novo
- 2 - CDHU Pardinho A2
- 3 - CDHU Pardinho B1 e B2
- 4 - Conj. Habitacional Jaime da Rocha Camargo
- 5 - Conj. Habitacional Pedro Benfica

Fonte: IBGE, DNIT, Open Street Map, Google, Pref. de Pardinho



0 125 250 500 m
 1:10.000
 Sistema de Coordenadas: SIRGAS 2000 UTM Zone 22S
 Projeção: Transverse Mercator
 Datum: SIRGAS 2000

Prefeitura Municipal de Pardinho
 Plano Diretor

CONJUNTOS HABITACIONAIS E ÁREAS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

INTERAÇÃO URBANA agosto/2019

Mapa 20 – Equipamentos Urbanos



Equipamentos urbanos

- | | | |
|--|------------------------------------|--|
| 1 - Creche Municipal José Martini Neto | 10 - Casa da agricultura | 21 - Clube municipal |
| 2 - Creche Municipal Zulmira Vivan | 11 - Cemitério | 22 - Estádio municipal |
| 3 - EE Napoleão Corule | 12 - Conselho tutelar | 23 - Ginásio de esportes |
| 4 - EMEF Prefeito João Corulli | 13 - Delegacia | 24 - Praça Ademir Rocha |
| 5 - EMEF Proª Ernestina Nogueira César | 14 - Fundo Social de Solidariedade | 25 - Praça da Matriz |
| 6 - EMEI Rosita Prestes da Rocha | 15 - Prefeitura | 26 - Praça Gabriel Melhado de Campos |
| 7 - Rodoviária | 16 - Velório municipal | 27 - Praça Therezinha da Rocha Camargo |
| 8 - Base Polícia Militar | 17 - Academia ao Ar Livre | 28 - Casa do Idoso |
| 9 - Câmara municipal | 18 - Área de lazer | 29 - Hospital Amâncio da Rocha Camargo |
| | 19 - Área de lazer | |
| | 20 - Centro de Cultura Max Feffer | |

Convenções cartográficas

- | | |
|--|---|
| Via pavimentada | Equipamento urbano - Cultura, Esporte e Lazer |
| Via não pavimentada | Equipamento urbano - Educação |
| Curso d'água | Equipamento urbano - Infraestrutura |
| Perímetro Urbano (Lei 1220/2015 - Pref. de Pardinho) | Equipamento urbano - Institucional |
| | Equipamento urbano - Saúde |

Fonte: IBGE, DNIT, Open Street Map, Google, Pref. de Pardinho



1:10.000
0 125 250 500 m

Sistema de Coordenadas: SIRGAS 2000 UTM Zone 22S
Projeção: Transverse Mercator
Datum: SIRGAS 2000

Prefeitura Municipal de Pardinho
Plano Diretor

EQUIPAMENTOS URBANOS

INTERAÇÃO URBANA agosto/2019

7.443.500

7.444.000

7.445.000

7.446.500

768.000

768.500

769.000

769.500

770.000

7.443.500

7.444.000

7.445.000

7.446.500

P:\010_MatrizadoUrbano\012_PDPardinho\012_MP_PD_Equipamento_A3_R01_ADP.mxd

Não há uma divisão clara na estrutura interna da Prefeitura sobre qual seria o responsável pela questão fundiária e habitacional. Basicamente, há necessidade de regularização fundiária do Jardim Maristela, mas na cidade esse problema não se apresenta dado o alto número de habitações produzidas pelos sucessivos governos através de conjuntos habitacionais. Ao lado do rígido controle exercido pela empresa Momentum sobre as construções no loteamento Ninho Verde II, o alto número de imóveis vagos refere-se ao loteamento, pelo seu gigantismo. Em relação à ocupações irregulares em áreas ambientalmente frágeis ou de risco, não há unidades habitacionais que demandam remoção identificadas pela Prefeitura, embora persistam algumas construções às margens do rio Pardo.



Figura 39 – COHAB



Figura 40 – COHAB

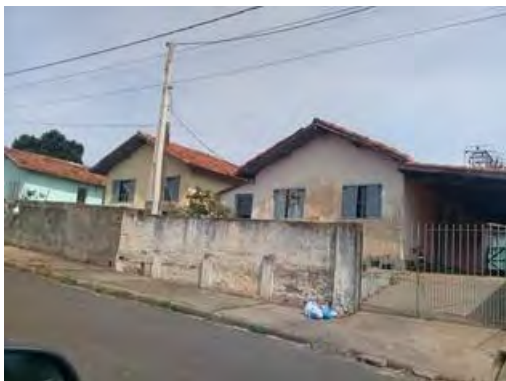


Figura 41 – COHAB



Figura 42 – COHAB

Para o futuro, há necessidade de criar um banco de terras públicas, com um estoque que atenda as demandas por novas moradias estabelecidas em estudos específicos (recomenda-se a indispensável elaboração do PLHIS), o que pode ser obtido em parte com a criação de ZEIS a partir do mapeamento dos vazios urbanos entremeados à malha urbanizada. O caráter da produção habitacional com participação direta da Prefeitura de Pardinho quanto à tipologia apresenta basicamente um único tipo de produtos entregues: casas térreas em lote urbanizado. O poder público produziu 847 unidades habitacionais térreas na zona urbana, o que sugere analisar algum tipo de verticalização para o futuro, visando reduzir os custos de implantação e evitar a dispersão da cidade e a necessidade novos equipamentos públicos com uma maior densidade habitacional. Na zona rural, a atuação do setor público foi inexistente.

Mapa 21 – Perímetro Urbano



Convenções cartográficas

- Via pavimentada
- Via não pavimentada
- Curso d'água
- Vértices Perímetro Urbano (Lei 1220/2015)
- Perímetro Urbano (Lei 1220/2015 - Pref. de Pardinho)

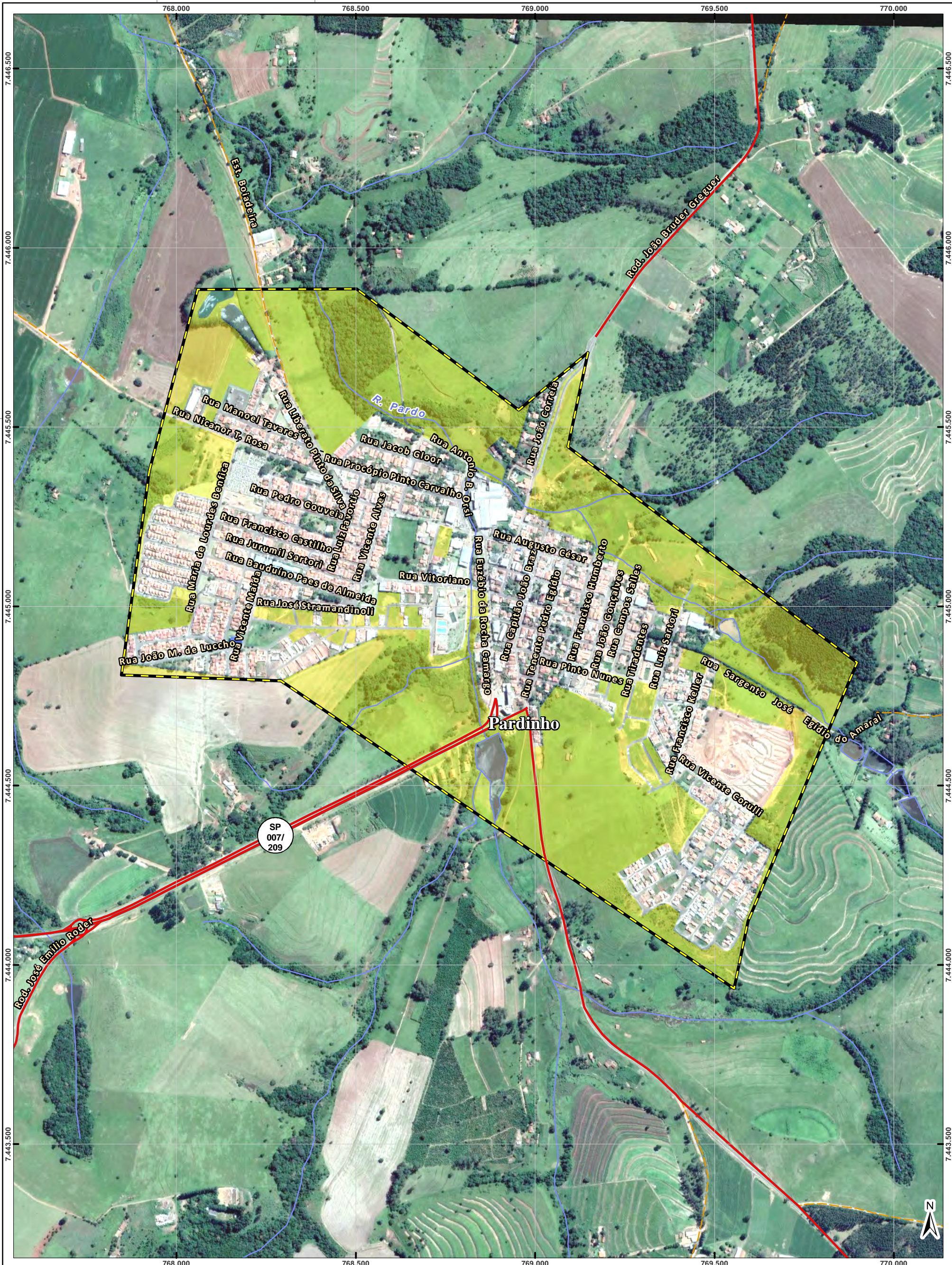
Fonte: IBGE, DNIT, Open Street Map, Google, Pref. de Pardinho



<p>1:10.000 0 125 250 500 m</p>
<p>Sistema de Coordenadas: SIRGAS 2000 UTM Zone 22S Projeção: Transverse Mercator Datum: SIRGAS 2000</p>
<p>Prefeitura Municipal de Pardinho Plano Diretor</p>
<p>PERÍMETRO URBANO</p>
<p>INTERAÇÃO URBANA</p>
<p>agosto/2019</p>

Neste sentido, a demanda por habitação de interesse social em função do crescimento da cidade deve incluir a recuperação e melhoria das existentes, a maior parte delas em área urbana, um desafio a ser enfrentado pelo PD, pois atinge principalmente aqueles que não possuem renda suficiente para acessar a cidade formal sem financiamento ou subsídio por parte do poder público. Os principais instrumentos disponíveis para promover a habitação social são o consórcio imobiliário, parcelamento do solo e/ou edificação compulsória e as ZEIS, mas é preciso definir claramente o interesse da Municipalidade através de estudos de viabilidade de desapropriação das áreas objeto de interesse para habitação social e/ou as estratégias para estabelecer o consórcio com proprietários privados e as regras para as ZEIS.

Mapa 22 – Vazios urbanos



Convenções cartográficas

- Via pavimentada
- Via não pavimentada
- Curso d'água

- Perímetro Urbano (Lei 1220/2015 - Pref. de Pardinho)
- Vazios urbanos (Áreas não urbanizadas dentro do Perímetro urbano oficial)

Fonte: IBGE, DNIT, Open Street Map, Google, Pref. de Pardinho



1:10.000
0 125 250 500 m

Sistema de Coordenadas: SIRGAS 2000 UTM Zone 22S
Projeção: Transverse Mercator
Datum: SIRGAS 2000

Prefeitura Municipal de Pardinho
Plano Diretor

VAZIOS URBANOS




INTERAÇÃO URBANA agosto/2019



P:\010 - InteracaoUrbana\012 - PDP\pardinho\5 - FDS\3 - Projeto\31 - Mapas\PD\01\012 - MP_PD_VazioUrbano_AS_ROI_AD\Prmxd

Mapa 23 – Áreas de Preservação Permanente



Convenções cartográficas

-  Via pavimentada
-  Via não pavimentada
-  Curso d'água

-  Perímetro Urbano (Lei 1220/2015 - Pref. de Pardinho)
-  Áreas de Preservação Permanente no Perímetro Urbano

Fonte: IBGE, DNIT, Open Street Map, Google, Pref. de Pardinho



1:10.000
0 125 250 500 m

Sistema de Coordenadas: SIRGAS 2000 UTM Zone 22S
Projeção: Transverse Mercator
Datum: SIRGAS 2000

Prefeitura Municipal de Pardinho
Plano Diretor

ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE

INTERAÇÃO URBANA

agosto/2019

13. Metodologia utilizada na realização do diagnóstico

A metodologia para a realização do diagnóstico utilizou as seguintes estratégias:

Trabalhos de Campo

Nas semanas de 04 a 05 de abril, de 23 a 26 de abril, e de 22 a 24 de maio de 2019 foram realizados trabalhos de campo pela equipe da Consultoria contratada para levantamento de informações necessárias à elaboração do diagnóstico. Para organizar esse levantamento, cujo roteiro prévio foi submetido ao Núcleo Gestor (criado pelo Decreto Municipal nº 1.964/2019), foram realizadas entrevistas e discussões com a equipe da Prefeitura e o Núcleo Gestor da revisão do PD. O próprio NG se encarregou de realizar um conjunto de discussões técnicas específicas sobre os seguintes temas:

Tabela 59 - Reuniões Temáticas do Núcleo Gestor

Tema	Data
Estudo de Impacto de Vizinhança	27/maio
IPTU Progressivo	05/junho
Regras para novas edificações	05/junho
Expansão Urbana e mananciais	07/junho

Fonte: Núcleo Gestor

Entrevistas

A partir do roteiro para levantamento de informações foram realizadas entrevistas específicas para cada um dos componentes do sistema de planejamento municipal e com servidores e/ou assessores responsáveis por esses componentes, bem como instituições relacionadas à ocupação físico-territorial do município. A Tabela seguinte relaciona os órgãos e entidades, bem como os profissionais entrevistados. As informações de cada entrevista foram sistematizadas ao longo do diagnóstico. As fotos ilustram as atividades de levantamento de informações.

Tabela 60 - Relação dos Órgãos e Entidades, Secretários, Servidores, Assessores e Responsáveis entrevistados.

Órgão/Entidade	Secretários / Servidores/Responsáveis	Função
Setor de Engenharia	Barbara Rangel	Arquiteta, chefe do Setor
Setor de Engenharia	Maria Margarida Povoá	Engenheira
Departamento de Meio Ambiente	Nivaldo José Cruz	Coordenador
Departamento de Obras e Serviços	Nilson Natale Roder	Coordenador da Garagem Municipal
Escritório da SABESP em Pardinho	Ricardo Biagione Cappellari	Gerente
Departamento de Convênios	Madalena Carneiro	Coordenadora
Departamento de Assuntos Jurídicos	Luiz Henrique	Coordenador
Setor de Turismo	Ana Silvia Frutuoso Costa	Coordenadora
Imobiliária Minha Vida	Yuri Calderaro	Corretor de imóveis

Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2019

Reuniões do Núcleo Gestor



Figura 43 – Reuniões do Núcleo Gestor.



Figura 44 – Reuniões do Núcleo Gestor.



Figura 45 – Reuniões do Núcleo Gestor.



Figura 46 – Reuniões do Núcleo Gestor.



Figura 47 – Reuniões do Núcleo Gestor.



Figura 48 – Reuniões do Núcleo Gestor.

As entrevistas com os servidores e assessores acima mencionados foram complementadas por visitas localizadas nos locais abordados em suas falas. O registro fotográfico foi sistematizado ao longo deste Diagnóstico.



Figura 49 – Reunião da consultoria com equipe da Prefeitura

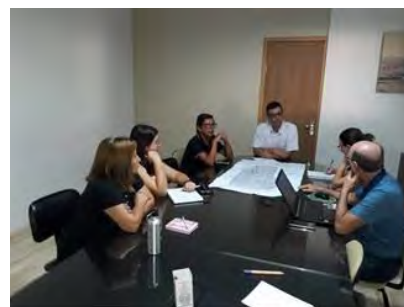


Figura 50 – Reunião da consultoria com equipe da Prefeitura

Pesquisas de Dados Primários

Após os trabalhos de campo e sua sistematização, foram levantadas informações disponíveis sobre Pardinho em bancos de dados, principalmente do IBGE (Censo de 2010, disponível em <http://www.ibge.gov.br>), do Sistema Nacional de Indicadores (SNIS, SNIC, DENATRAN) do Ministério do Desenvolvimento Regional (www.mi.gov.br/desenvolvimento-regional), DataSUS do Ministério da Saúde (<http://www2.datasus.gov.br>) e da própria Prefeitura local. Outras fontes estão identificadas na bibliografia geral. Com base nestas informações, foram realizadas análises sobre a realidade setorial encontrada, dispostas ao longo deste Relatório.

Mapas

As informações e visitas in loco possibilitaram também a elaboração pela Consultoria em formato CAD e PDF um conjunto de mapas que retratam fisicamente a disposição de equipamentos públicos, redes e instalações relativas ao Plano Diretor em revisão. O fornecimento do material também em formato CAD possibilita seu fácil manuseio por interessados e à Prefeitura estudar, propor e efetuar modificações ou ajustes futuros ao PD.

Mobilização técnica e social para o diagnóstico

Além das atividades acima mencionadas, a metodologia aprovada pelo Núcleo Gestor no Plano de Trabalho previa Audiências e Reuniões de Leitura da realidade local, uma forma simplificada de planejamento local visando o diagnóstico municipal pelo olhar da população local.

A tabela abaixo, planejada pelo Núcleo Gestor, apresenta os locais e datas previstas para as reuniões públicas com a comunidade local, visando discutir e efetuar a Leitura Comunitária pela sociedade. Estas reuniões de trabalho tinham por finalidade compartilhar e realizar acordos com os demais segmentos que compõem a sociedade, bem como verificar sua visão sobre a realidade do município, de modo a possibilitar a obtenção de informações mais próximas dessa realidade. As reuniões de Leitura da realidade foram divididas por região territorial, urbanas e rurais, definidos conjuntamente com o Núcleo Gestor do PD, de acordo com as condições e características do município.

Tabela 61 - Calendário das Reuniões Comunitárias do Plano Diretor

AGENDA PARA REUNIÕES COMUNITÁRIAS PARDINHO – SEMANA de 10 a 12 de julho 2019					
Reunião	Data	Região	Condutor	Local	Horário
01	11/julho	Maristela, Ninho Verde e Serra Italiana	Cynthia/Ricardo	Barracão de Festas do Bairro Maristela	18:00h
02	10/julho	Campos Elíseos	Cynthia	Salão da Associação dos Moradores	18:00h
03	11/julho	Bacia do Santo Inácio – rural	Ricardo	Câmara Municipal	18:00h
04	12/julho	Bacia do Rio Pardo – rural	Cynthia / Ricardo	Câmara Municipal	18:00h

Fonte: Núcleo Gestor do PD de Pardinho

A primeira atividade foi o lançamento oficial do processo, apresentando-se a equipe técnica da Consultoria e da Prefeitura e o Núcleo Gestor da elaboração do PD. A divulgação das atividades pelo Núcleo Gestor do PD se deu através de convites pessoais para participação, convites pela internet, convites individuais para autoridades e pela imprensa local, além da publicação do edital convocatório no D.O. do Município. Todo o material produzido foi disponibilizado no site <http://www.interacaourbana.com.br/hotsite/Pardinho/> e da Prefeitura

Municipal de Pardinho (www.pardinho.sp.gov.br), permitindo amplo e democrático acesso aos estudos realizados e aos seus resultados, possibilitando também a participação comunitária nos debates, através de manifestações pessoais ou de entidades.

Leitura técnica e comunitária

A audiência de lançamento foi realizada no dia 24 de maio de 2019 e primeiras reuniões de leitura comunitária sobre a revisão do PD foram realizadas entre os dias 10 a 12 de julho de 2019, nos horários determinados pelo Núcleo Gestor e em locais de fácil acesso à comunidade, tanto na zona urbana quanto nos bairros distantes da sede. Na abertura, foi apresentado um panorama geral dos trabalhos de planejamento físico e territorial da cidade, sendo seguida por explanação didática da equipe técnica da Interação Urbana (consultoria contratada mediante parceria com o Instituto Jatobás para auxiliar a Prefeitura na revisão do PD). Após a apresentação, foram debatidos os diversos temas levantados no diagnóstico técnico e os participantes puderam falar livremente sobre os problemas vividos no município e propostas para sua solução. Das questões detectadas e debatidas pela comunidade no debate sobre o Plano Diretor podem ser definidas prioridades, pontos positivos e negativos. Posteriormente, outras atividades de capacitação do Núcleo Gestor e debates com a comunidade foram realizadas, incluindo reuniões públicas nos assentamentos localizados distantes da sede e na zona rural. O detalhamento dos problemas levantados está apresentado no ANEXO 1.



Figura 51 – Reuniões comunitárias.



Figura 52 – Reuniões comunitárias.



Figura 53 – Reuniões comunitárias.



Figura 54 – Reuniões comunitárias.

14. Bibliografia

- AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – ANATEL. Cobertura de Telefonia nos Municípios Brasileiros. Disponível em: <<http://www.anatel.gov.br>>. Acesso em maio de 2019.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Perfis dos municípios brasileiros. São Paulo, 2013. Disponível em: <www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil>. Acesso em maio de 2019.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Calculadora do Cidadão: IGP-M (FGV), Brasília, 2012. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: maio de 2019.
- Bizzi, L. A.; Schobbenhaus, C.; Vidotti, R. M. e Gonçalves, J. H. (eds.). Geologia, Tectônica e Recursos Minerais do Brasil. CPRM, Brasília, 2003.
- Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Paranapanema (CBH-ALPA). Plano da Hidrográfica do Alto Paranapanema (UGRHI-14), 2016-2017.
- Comitê da Bacia Hidrográfica do Médio Paranapanema (CBH-MP). Plano da Bacia da Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Médio Paranapanema (UGRHI-17), 2016-2017.
- Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM). Breve Descrição das Unidades Litoestratigráficas Aflorantes no Estado de São Paulo. Programa “Geologia do Brasil”, 2006.
- Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM). Geodiversidade do Estado de São Paulo. Programa “Geologia do Brasil”, 2010.
- Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM. Processos Minerários. Brasília, 2019 (consulta).
- DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO – DENATRAN. Frota de Veículos, 2019. Disponível em: <<http://www.denatran.gov.br/>>. Acesso em maio de 2019.
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Sistema Brasileiro de Classificação de Solos, 2018.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário: 2017 Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: maio de 2015.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico: 1991, 2000 e 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: maio de 2019.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. PIB dos Municípios 2000-2016 Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: maio de 2015.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Região de Influência de Cidades, 2007. Rio de Janeiro: 2008.

Instituto Nacional de Meteorologia – INMET, Banco de Dados de Estações Meteorológicas, Brasília, 2019 (consulta)

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde – DATASUS. Informações Básicas de Saúde. Disponível em: <<http://www.datasus.gov.br>>. Acesso em: maio de 2019.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde – DATASUS. Caderno de Informações sobre Saúde. Disponível em: <<http://www.datasus.gov.br>>. Acesso em: maio de 2019.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde – DATASUS /CNES. Situação da base de dados nacional em abril de 2019. Disponível em: <<http://www.datasus.gov.br>>. Acesso em: maio de 2019.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho – RAIS. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em maio de 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP: Censo Educacional, 2010. Brasília, 2010.

Mantesso Neto, V.; Bartorelli, A.; Carnerio, C.D.R.; Brito-Neves, B.B.de. orgs. 2004. Geologia do Continente Sul-Americano: Evolução da obra de Fernando Flávio Marques de Almeida. São Paulo: Ed. Beca. 673p.

Rossi, M. Mapa Pedológico do Estado de São Paulo: escala 1:250.000. Ed. Instituto Florestal, 2017.

Yociteru, H (org.), Geologia do Brasil, São Paulo, 2012.

Plano de Manejo da APA Corumbataí, Botucatu e Tejuapé – Perímetro Botucatu, Fundação Florestal do Estado de São Paulo, abril de 2011.

Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Pardinho – CATI: 2010 a 2013.

Plano Municipal Específico dos Serviços de Saneamento Básico de Pardinho. Consórcio Engecorps – Maubertec. São Paulo, 2017.

Plano Diretor de Turismo. Coordenação Geral: Ana Sílvia Frutuoso Costa. Pardinho: 2017.

Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos. Diretoria de Meio Ambiente. Pardinho: 2014.

Pardinho. Lei Municipal nº 1.094 de 24 de junho de 2010. Cria o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social. Pardinho: 2010.

Pardinho. Lei nº 1.119, de 08 de dezembro de 2011. Institui o Plano Municipal de Saneamento para os serviços de Água e Esgotos. Pardinho: 2011.

Pardinho. Lei Municipal nº 1.179 de 20 de dezembro de 2013. Prorroga benefício de isenção previsto na lei nº 908/2003. Pardinho: 2013.

Pardinho. Lei nº 1.220, de 02 de abril de 2015. Dispõe sobre o perímetro urbano de Pardinho/SP. Pardinho:2015.

Pardinho. Lei complementar nº 170 de 17 de dezembro de 2015. Institui a Planta Genérica de valores do Município, define critérios para lançamento do imposto predial e territorial urbano e dá outras providências. Pardinho: 2015.

SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL – STN. FINBRA: Finanças Municipais do Brasil, 2012. Disponível em: <<http://www.stn.gov.br>>. Acesso em maio de 2019.

15. Equipe técnica

Função no Projeto	Formação Profissional
Coordenação Técnica: Mauro Ferreira	Arquiteto, mestre e doutor em arquitetura e urbanismo. Atua na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em planejamento urbano, com foco em Plano Diretor e administração municipal.
Planejamento Urbano e Regional: Cynthia Montans Gonçalves	Arquiteta pela Faculdade de Belas Artes (SP), experiência diversos projetos de arquitetura e urbanismo para administrações públicas municipais, com foco em planejamento urbano e em gestão de convênios públicos.
Gestão Tributária e Administração Pública: José Donizete Osmar Novaes	Administrador de empresas, especialista em administração pública e pós-graduado em administração de recursos humanos, desenvolve atividades que focam a organização do sistema tributário municipal.
Cartografia e geoprocessamento: Marcelo Costa	Coordenador de estudos socioeconômicos, desenvolvimento de indicadores socioambientais e desenvolvimento de banco de dados georreferenciado e sistema de informação geográfica.
Publicações e web: Eder Santin	Graduado em Jornalismo (PUC-SP) e pós-graduado em Planejamento e Marketing (SENAC-SP). Atua na concepção, desenvolvimento e coordenação de projetos de comunicação (editoriais, corporativos e institucionais).
Coordenação Políticas Públicas: Mauro Zanin	Economista, ex-prefeito em duas gestões, ex-secretário de educação e especialista em políticas públicas, recursos humanos, contabilidade e finanças.
Coordenação Geral: Marco Aurélio de Lima e Myrrha	Engenheiro, administrador de empresas e mestre em planejamento e desenvolvimento rural sustentável.

INTERAÇÃO  URBANA